

# “Mecanismos” Sociais e Sociologia Histórica-Comparativa: uma proposta Realista Crítica

Philip Gorski<sup>1</sup>

## Resumo:

A substância e os objetivos deste artigo<sup>2</sup> estão contidos em seu título e subtítulo: ele usa a filosofia da ciência conhecida como “Realismo Crítico” para desenvolver uma teoria dos mecanismos causais, tanto naturais quanto sociais, na esperança de esclarecer certos debates em andamento dentro da sociologia histórica comparativa e ciência política comparativa, mas também nas ciências sociais e históricas em geral. Ele está construído em quatro partes. Como preâmbulo, começo descrevendo alguns dos pontos de referência do Realismo Crítico. Depois, na segunda parte, discuto uma série de falácias que surgem quando pensamos mecanicamente em mecanismos causais, usando como exemplos ilustrativos dois mecanismos paradigmáticos: o relógio e a fábrica de alfinetes. Na terceira parte, introduzo minha própria definição de mecanismos como *poderes causais emergentes de entidades relacionadas com um sistema*, a qual me refiro como modelo ECPRES. Na quarta seção, comparo o modelo ECPRES com outros modelos, especificamente aqueles desenvolvidos por teóricos da escolha racional e estruturalistas (conhecidos como “institucionalistas históricos”), argumentando que esses modelos são ontologicamente inadequados e/ou logicamente incoerentes, mesmo em suas formas mais desenvolvidas e diferenciadas. Finalmente, na conclusão, enumero e reflito sobre algumas das questões que enfrentam uma abordagem mecanicista da ciência social.

**Palavras-chave:** sociologia histórica-comparativa; mecanismos sociais; realismo crítico.

**Abstract:** The substance and goals of this article are contained in its title and sub-title: it uses the philosophy of science known as “critical realism” to develop a theory of causal mechanisms, both natural and social, in the hopes of clarifying certain ongoing debates within comparative historical sociology and comparative politics, but also in the social and historical sciences more generally. It is in four parts. By way of preface, I begin by outlining some of the key tenets of critical realism. Then, in the second part, I discuss a number of fallacies that arise when we think about causal mechanisms too mechanistically, using two paradigmatic mechanisms—the clock and the pin factory—as illustrative examples. In the third part, I introduce my own definition of mechanisms as *emergent causal powers of related entities within a system*, which I refer to as the ECPRES model. In the fourth section, I compare the ECPRES model with other models, specifically those developed by rational-choice theorists and structuralists (a.k.a. “historical institutionalists”), arguing that these models are ontologically inadequate and/or logically incoherent, even in their most developed and nuanced forms. Finally, in the conclusion, I enumerate and reflect on some of the issues facing a mechanistic approach to social science.

**Keywords:** historic comparative sociology; social mechanisms; critical realism.

## Realismo crítico: uma breve visão geral

1 Philip S. Gorski (Ph.D. University of California, Berkeley 1996; B.A., Harvard College) é professor de sociologia na Yale University (EUA). É Co-Diretor (com Julia Adams) do Centro de Pesquisa Comparativa de Yale (CCR), e co-dirige o Colóquio Religião e Política no Centro Yale MacMillan. Seus interesses atuais incluem a sociologia histórica-comparativa, a filosofia e metodologia das ciências sociais e da natureza e papel da racionalidade na vida social, em particular na Europa moderna e moderna. Seu trabalho empírico se concentra em temas como a formação de estado, nacionalismo, revolução, desenvolvimento econômico e secularização, com especial atenção para a interação entre religião e política. Publicações selecionadas sobre realismo crítico: Ed. (w. Timothy Rutzou), *An Invitation to Realist Sociology*. London: Routledge, 2018 (under contract); e “The Poverty of Deductivism: A Constructive Realist Model of Sociological Explanation,” *Sociological Methodology*, 2004. Yale University, 493 College St, Room 402. Email: philip.gorski@yale.edu

2 Tradução, com permissão do autor, realizada por Thiago Duarte Pimentel, a partir do original: Gorski, Philip (2009). Social “Mechanisms” And Comparative-Historical Sociology: Critical Realist Proposal. In: *Frontiers of Sociology. The Annals of the International Institute of Sociology* – Volume 11, Brill (Online Publication Date: 31 Jan) 2009. DOI: <https://doi.org/10.1163/ej.9789004165694.i-450.48>

A filosofia da ciência social conhecida como “Realismo Crítico” é ancorada no trabalho de Roy Bhaskar, particularmente seu livro revolucionário *A Possibilidade do Naturalismo* [*The Possibility of Naturalism*], mas que deve ser visto como parte do ressurgimento mais amplo das abordagens realistas que começaram no início dos anos 70 (Harré 1970; Mackie 1974; Harré e Madden 1975; Bhaskar 1979; Salmon 1984; Miller 1987; Salmon et al. 2005). As implicações do realismo crítico para as ciências sociais foram mais plenamente elaboradas por um grupo de sociólogos ingleses centrados em torno de Margaret Archer, cujo tratado, *Realismo Crítico: A Abordagem Morfogênética* é provavelmente o maior e mais completo tratamento desta posição até hoje (Collier 1989; Archer 1995; Archer 1998; Collier et al. 2004; Sawyer 2005).

Assim como a filosofia ocidental moderna em seu conjunto, a filosofia da ciência tem sido dominada por debates sobre a epistemologia – sobre o que *podemos* aprender e como chegamos a conhecer a realidade. Filosofia realista da ciência, em contraste, envolve um retorno à questão da ontologia – sobre o que sabemos, [ou seja] os objetos reais de nosso conhecimento. Uma das coisas que define o Realismo Crítico em relação aos outros tipos de realismos, particularmente nas ciências sociais, é sua ênfase nas propriedades causais e poderes emergentes (Harré e Madden, 1975; Sawyer, 2005). O princípio da emergência é bem capturado pelo velho ditado de que o todo é maior que a soma de suas partes.

Não é difícil pensar em exemplos do reino natural. A água, por exemplo, pode ser usada para extinguir um incêndio; aplicar hidrogênio e oxigênio a um fogo, por outro lado, causará uma explosão. De fato, as propriedades e poderes causais da água – por exemplo, seu poder de extinguir um fogo – não podem ser derivados daqueles de seus elementos constituintes. Os realistas críticos afirmam que esse mesmo princípio se aplica bem ao mundo social. Considere a fábrica de alfinetes de Adam

Smith. Quando se divide uma tarefa complicada entre um grupo de trabalhadores individuais – a fabricação de um alfinete, digamos –, sua produção coletiva como um grupo será maior que sua produção agregada como indivíduos.

Um segundo princípio importante do realismo crítico, que permite diretamente do acima exposto, é a *estratificação ontológica*. Esse princípio é familiar aos cientistas sociais que freqüentemente falam dos vários “níveis” ou “dimensões” de um “sistema” ou “fenômeno” particular. Mas o Realismo Crítico fornece um princípio básico para a identificação desses níveis: a saber, o princípio de emergência. Considere o exemplo da fábrica de alfinetes mais uma vez. Um gerente moderno ou engenheiro poderia, sem dúvida, aumentar a produção da força de trabalho da fábrica, simplesmente fazendo vários tipos de organização ou ajustes técnicos – para o sequenciamento de tarefas, o layout, a introdução de novas ferramentas ou máquinas, e assim por diante. Segundo a perspectiva do Realismo Crítico, então, a fábrica enquanto organização ou a instituição é uma realidade autônoma.

Isto não significa negar que a produção da fábrica de alfinetes também possa ser aumentada por meio da composição da força de trabalho – por exemplo, contratando trabalhadores mais habilidosos ou mais hábeis ou mais enérgicos. O princípio da estratificação não deve ser confundido com o princípio do holismo. Dizer que o todo é maior que a soma de suas partes não é dizer a composição das partes não tem importância. Isso nos leva a um terceiro princípio importante do realismo crítico: *A-reduzibilidade explicativa*<sup>3</sup>. *A-reduzibilidade* não é o mesmo que irredutibilidade. Irredutibilidade implica que um nível ou estratos da realidade não podem ser explicados, no todo, em termos de outros estratos ou níveis da realidade, que a decomposição daquele estrato em suas partes constituintes é inútil; *a-reduzibilidade*, por outro lado, implica apenas que um nível ou estrato não pode ser totalmente explicado em termos de outro. Assim, dizer que a produção da fábrica de alfinetes é

3 Este conceito é meu, embora eu acredite que seja amplamente consistente com o ponto de vista de Bhaskar, Archer e outros realistas críticos.

*a-redutível* à composição de sua força de trabalho não significa dizer que esta última não tenha efeito sobre a primeira, apenas que nenhuma propriedade ou poder de nível individual pode explicar totalmente o resultado coletivo de uma fábrica, isto é, que a fábrica tem poderes e propriedades emergentes – ou seja, que ela é *real*.

Agora, em que sentido “a fábrica” é uma instituição “real”? Certamente, não pelo critério do senso comum, que é um objeto concreto que pode ser percebido com os sentidos de forma desavisada. É claro, existem fábricas concretas – tanto em sentido figurativo quanto literal. Mas, “a fábrica” também é uma *forma* organizacional que existe independentemente de qualquer realização concreta – em livros de texto e projetos, por exemplo. Mais do que isso, o que torna uma fábrica “fábrica” – uma certa organização do espaço, uma certa divisão do trabalho – não pode ser percebida diretamente sem o auxílio de certas formas *simbólicas*, tais como os conceitos de “organização espacial” e “divisão do trabalho” (Cassirer, 1973). A alegação de que uma fábrica tem uma realidade emergente que não pode ser percebida com os sentidos desassistidos, e que é totalmente autônoma de suas realizações concretas, se enfraquece contra os pressupostos básicos do realismo do senso comum.

Os exemplos acima ilustram três dos mais importantes princípios do realismo crítico. O primeiro é a *existência de [entidades] não-observáveis*<sup>4</sup>. O termo é preciso: um não observável não é nem completamente inobservável nem prontamente observável; antes, é *indiretamente observável por meio de seus efeitos*. Esta é a afirmação de que o reino do real se estende para além do reino dos sentidos. O argumento sobre os não observáveis repousa sobre outras duas suposições adicionais. A primeira é o *critério causal da realidade*. Essa

é a afirmação de que alguns reinos do real só podem ser conhecidos por seus efeitos; eles não podem ser observados diretamente. Mas se eles não podem ser observados diretamente, então como sabemos seus efeitos? Isso nos leva à segunda parte da resposta e ao terceiro princípio: [viz.] *o uso de instrumental de meios e equipamentos* para observar e medir os efeitos causais dos não-observáveis. Agora, a palavra “instrumentos” evoca exemplos das ciências físicas. Mas as ciências sociais também possuem uma série de instrumentos: instrumentos de pesquisa são usados para observar e medir “opinião pública” e “atitudes sociais”, censos são usados para medir “crescimento populacional”, “tabelas de mobilidade” são usadas para medir a fluidez social, e assim por diante. Nem tais instrumentos são de exclusiva responsabilidade dos pesquisadores quantitativos. Conceitos científicos – “burocracia”, “campo”, “ritual”, “binários” – também podem funcionar como instrumentos.

Agora, os conceitos são importantes, não apenas para o observador científico, mas também para os agentes sociais. De fato, a realidade social não é simplesmente captada através do conceito, mas *constituída* através de conceitos – por exemplo, “a fábrica”, “a burocracia”. Mas conceitos podem ir e vir e em algumas sociedades, mas não em outras; eles não são totalmente trans-históricos ou universais<sup>5</sup>. E isso nos leva a outro princípio fundamental do realismo crítico: a *dependência-conceitual*. Ao contrário de suas contrapartes na natureza, a existência de muitas entidades sociais depende da existência de um certo conceito. As conseqüências desse princípio para nossa compreensão das ciências sociais são significativas, pois implica que a ontologia do mundo social – [i.e. que] as entidades que compõem qualquer mundo sócio-histórico

4 Prefiro o termo “não-observáveis” aos “não observáveis” mais convencionais porque o último termo tende a gerar reações críticas, ainda que equivocadas como em Sica (2004). Na medida em que sugere que tais entidades não podem ser observadas de forma alguma, quando o que se quer, de fato, postular é que eles não podem ser diretamente observados pelos sentidos desassistidos.

5 Tomando com base o trabalho de certos linguistas comparativos (ver especialmente: Whorf, B.L. 1984. *Linguagem, Pesamento e Realidade: Selected Writings*, Cambridge, MA: MIT Press), alguns cientistas sociais têm argumentado que pode haver certos universais conceituais ou ontológicos que podem ser encontrados em todas as línguas (ver, por exemplo, Ruel; M, 2005. “O problema da ontologia na análise sociológica”, em Annual Meeting of American Sociological Association. Filadélfia, PA). Mesmo que tais universais existam, contudo, eles estão fora de uma ordem de generalidade que não infringe este argumento.

particular – muda com o tempo e varia no espaço (isso é verdade também no mundo físico, exceto à escala de tempo é tão vasto que pode ser ignorado). Isso significa que a história e a cultura estabelecem certos limites à ambição socio-científica e que um dos objetivos centrais da pesquisa científico-social deve ser mapear esses limites ([e] registrar os ciclos de vida e traçar as perambulações das estruturas sociais).

### As seduções da metáfora

Mecanismos estão “na moda” atualmente. Na verdade, o termo tornou-se uma espécie de palavra de ordem nas conferências e em revistas científicas. Parte considerável do discurso em disciplinas vizinhas, como biologia (“mecanismos celulares”), economia (“o mecanismo do mercado”) e psicologia (“mecanismos de defesa”), o termo “mecanismo” é agora rotineiramente invocado na ciência política e na sociologia. No geral, considero um desenvolvimento bem-vindo, na medida em que sugere um “retorno à realidade” dentro das ciências sociais (Shapiro, 2005). Mas, isso não ocorre sem riscos. Uma fonte de perigo é a bagagem semântica transportada pelo termo, parte da qual, eu argumentarei, é potencialmente perniciosa. Então, começo esta seção descompactando a metáfora dos mecanismos e descartando alguns conteúdos semânticos indesejados. Isso estabelece as bases para a próxima sessão, onde apresentarei uma definição analítica do conceito de mecanismos que deixa claro o que está dentro do meu modelo e o que deve permanecer fora.

A razão pela qual o termo “mecanismo” tem acumulado tanta bagagem é que ele tem raízes longínquas. Suas origens remontam através do latim clássico ao grego antigo, onde foi usado com referência aos artificios humanos – “máquinas” no sentido estrito. Ele foi estendido aos reinos natural, comportamental e social que começaram no final do século XVII por

cientistas, filósofos e teólogos que espiaram desígnios divinos no mundo material. Assim, Robert Boyle se referiu ao “Grande Sistema do Universo” como um “mecanismo cósmico”. (*Free Enq. Noion Nature* 73, 1686; citado em *OED*, 2000), enquanto seu contemporâneo, o bispo anglicano Edward Stillingfleet, enfatizava que a ordem cósmica tinha que ter um projetista divino, pois, seria tolice “imputar que aquele raro mecanismo das obras da natureza para o movimento cego e fortuito de algumas partículas de matéria”. (*Origines Sacrae* III. §15.40 I, 1662, citado em *OED*, 2000). Hobbes, é claro, foi um dos primeiros a discutir a ação humana em termos mecanicistas (“as molas de ação”) (Hobbes e Macpherson, 1968). Assim, a metáfora do mecanismo entra nas ciências naturais e sociais através do portal, não do ateísmo, mas do deísmo. Desde então, seu significado continuou a evoluir, mas retém os remanescentes latentes do tempo anterior que devemos ter o cuidado de reativar.

O exemplo paradigmático de um mecanismo dentro do pensamento deísta era, claro, o relógio. Ele serviu como uma metáfora para o universo (“mecânica celeste”), pela criação divina (Deus *qua* “relojoeiro”) e pelas ambições reformistas (instituições sociais e políticas *qua* bem lubrificadas). E eu suspeito que isto ainda sirva como a analogia subjacente em muito do pensamento contemporâneo sobre os mecanismos sociais. Portanto, uma análise mais aprofundada do relógio enquanto *qua* mecanismo pode nos ajudar a descobrir algumas das suposições não declaradas que fundamentam o pensamento contemporâneo sobre mecanismos e descartar aqueles que são injustificados. De fato, veremos que o relógio é um exemplo particularmente instrutivo, porque é ao mesmo tempo um mecanismo físico e social.

Uma definição do senso comum de relógio – de cunho tradicional, mecânico – pode ser a seguinte: “um relógio é um mecanismo

6 [N.T. - nota do tradutor] Qua, em latim clássico refere-se a um advérbio modal que pode ser traduzido pelas expressões “como, por que meio, de que modo”. Aqui tais expressões serão mantidas conforme a redação original do autor, para se distinguirem deliberadamente por seu emprego daquelas em que na língua corrente o autor usou os advérbios coloquiais (como).

composto de pequenas partes fisicamente interconectadas que traduzem a energia armazenada em movimento contínuo e regulado para informar o tempo certo”. Agora, embora essa definição provavelmente seja adequada para a comunicação cotidiana, ela acaba por ser cheia de perigos potenciais para os teóricos dos mecanismos sociais. Na verdade, as primeiras quatro palavras são escorregadias o suficiente para nos fazer perder o equilíbrio. Pois enquanto um relógio é de fato um mecanismo, o “mecanismo” do relógio não é somente um mecanismo, nem é um relógio *qua* um mecanismo composto apenas de “mecanismos”. (Aqui, e no que se segue, eu uso citações fortes para desarmar os entendimentos de “mecanismo” daqueles propriamente filosóficos). Para colocar os assuntos menos timidamente e sim de forma mais clara, há três pontos que enfatizar aqui: a) um relógio *qua* mecanismo (no sentido filosófico) consiste em um “mecanismo” próprio (no sentido físico) junto com outros componentes, como uma face visível, os ponteiros e um invólucro, sem os quais o mecanismo do relógio não poderia cumprir sua função de “dizer” a hora certa melhor do que o rosto e os ponteiros poderiam (continuamente) dizer a hora correta sem um mecanismo próprio interno; o poder do relógio de contar o tempo, então, deriva de um conjunto de elementos em um certo tipo de relacionamento; b) o “mecanismo” do relógio pode ser dividido em vários sub-mecanismos, que são, naturalmente, “mecanismos” no sentido próprio; [e] isso é verdade, não apenas para o funcionamento interno do relógio, mas também para [sobre] os ponteiros e o espelho; segue-se que c) a face e as mãos do relógio também podem ser pensadas como um mecanismo (no sentido filosófico), mesmo que não sejam um “mecanismo” (no sentido do senso comum do termo). Em resumo, nem todos os mecanismos são análogos aos “mecanismos”; mecanismos são geralmente compostos por sub-mecanismos – eles são internamente estratificados, e a própria operação de um mecanismo tipicamente envolve a presença de vários sub-mecanismos essenciais.

A próxima parte da definição é igualmente problemática. Para um relógio

funcionar *qua* um mecanismo não é necessário, nem exclusivamente nem necessariamente, ser “constituído de pequenas partes fisicamente interconectadas”. A face, por exemplo, não é necessariamente pequena, nem precisa estar fisicamente conectado ao mecanismo; só precisa estar alinhado com isso. Além disso, a face do relógio não precisa ser física. Para conseguir uma certa estética [*aesthetic*] minimalista, alguns relógios não têm face; eles dependem do relógio “virtual” no olho da mente do usuário humano. Então, enquanto um relógio é certamente um mecanismo, não é apenas um “mecanismo”. Não consiste necessariamente em pequenas partes fisicamente interconectadas. De onde aprendemos que o mecanismo não precisa ser (exclusivamente) mecânico, nem mesmo (inteiramente) físico.

A terceira parte da definição – “que diz o tempo correto” – também é potencialmente enganosa, e por pelo menos dois motivos. Primeiro, porque a palavra “contar” implica que alguém está “ouvindo”. Não precisa ser o caso. Por exemplo, se fôssemos dar um relógio para uma tribo de caçadores-coletores que não estivessem familiarizados com nosso sistema de tempo de hora em hora, o relógio continuaria a contar o tempo (pelo menos por enquanto), mas as tribos poderiam não perceber (pelo menos não em nosso sentido). Várias conclusões importantes derivam deste exemplo: Primeiro, um relógio pode operar “silenciosamente”, sem ter seu efeito “normal” percebido. Isso ocorre porque os relógios frequentemente são feitos de sub-mecanismos dentro de outros mecanismos ou sistemas sociais e físicos de ordem superior, como um sistema de salário ou um sistema de alarme (despertador). Assim, a presença ou ausência de um mecanismo não pode necessariamente ser inferida a partir da presença ou ausência de seus efeitos normais. Segundo, certos efeitos que atribuímos aos relógios (como regular as rotinas das pessoas e/ou despertá-los) são dependentes da presença de outros mecanismos, que juntos constituem algum tipo sistema, (neste caso) um sistema de “disciplina temporal” que nós poderíamos encontrar em uma fábrica de alfinetes. O que

nos leva ao segundo perigo à espreita na terceira parte da definição: a afirmação de que os relógios informam o tempo correto. Isso não é necessariamente assim. Trabalhadores de fábrica, por vezes reclamam que os tempos do relógio da fábrica não funcionam adequadamente e que isso não é acidental. Pode-se imaginar muitas razões diferentes pelas quais um relógio pode não informar a hora correta. Alguém pode ter intencionalmente manipulado o mecanismo, os ponteiros ou o mostrador de alguma forma. Ou, pode ter havido um problema sistêmico no processo de fabricação. Ou, relógio pode estar desgastado ou quebrado. O ponto geral aqui é que as aparências às vezes podem enganar, e que isso pode ser, em si mesmo, parte de um mecanismo, como quando o proprietário de uma fábrica manipula um relógio para reduzir sua folha de pagamento.

Com base na discussão precedente, podemos agora listar alguns dos erros que o pensamento “mecanicista” sobre os mecanismos pode levar, os mal-entendidos que surgem quando construímos nossa compreensão de mecanismos a partir de analogias apressadas baseadas em máquinas físicas. Distinguirei entre duas diferentes famílias de erros: o mecanicismo e o atomismo. Atomismo é a alegação de que a realidade é, em última análise, composta de algum tipo de partículas elementares, e resulta em uma compreensão particular de ontologia, teoria e método. Vou definir um atomista como alguém que faz um ou mais dos seguintes tipos de reivindicações: a) o domínio R da realidade contém uma entidade E que é irreduzível a qualquer conjunto de outros elementos sub-E; b) qualquer teoria científica legítima de R deve conter referências a E e não precisa, e, de fato, não deve, conter qualquer referência a elementos sub-E ou supra-E; c) qualquer explicação científica válida de processos ou eventos em R deve sempre conter referências a E's e não precisa e não deve conter referências a sub-Es ou supra-E em declarações sobre causas.

Na minha opinião, nenhuma dessas afirmações pode ser sustentada. Vamos começar com a alegação “a”. Considere o exemplo dos

relógios novamente. Um relógio mecânico utilizável é composta de pelo menos três elementos heterogêneos, mas necessários: i) mecanismo ii) braços (ponteiros) e iii) um casco ou uma face. No entanto, cada um desses componentes é, em si mesmo, um mecanismo (se não um “mecanismo”) que pode ser dividido em vários sub-mecanismos, que podem, por sua vez, ser decompostos ainda mais, talvez *ad infinitum*. Assim, há dois ou três ponteiros e estes são compostos de algum tipo de metal ou liga, etc.; a caixa do relógio é feita de alguma superfície plana, marcações e assim por diante. Além disso, mudanças na estrutura ou função de qualquer um destes sub-mecanismos ou seus componentes tem o potencial de afetar a estrutura e funcionamento do relógio enquanto mecanismo. Um relógio pode quebrar porque foi feito de materiais inadequados (e.g. trabalhos feitos de um metal macio, como o alumínio). Um relógio, então, é um mecanismo composto de mecanismos compostos por mecanismos. É um *todo estratificado com propriedades emergentes*. Eu argumento que isso é uma característica geral dos mecanismos, tanto naturais como sociais.

Vamos agora nos voltar para reivindicar “b”. Vamos supor que, para o propósito de argumento, que há de fato alguma partícula elementar ou fundamental Er, de que toda a matéria é composta (mesmo que não seja claro que existe tal entidade ou que esta entidade pode ser adequadamente concebida como uma “partícula”), e que esta é uma entidade quântica. A reivindicação “b” implica que uma descrição de qualquer entidade E deve conter referências para Er, de modo que uma descrição física de, digamos, um relógio teria que ser dada em termos quânticos. Isso é obviamente absurdo. Agora, uma reivindicação mais fraca “b” pode reconhecer o caráter estratificado e emergente do relógio, mas insistem em fundamentos práticos que existe algum nível de realidade que é sempre o mais importante quando se está lidando com relógios. Por exemplo, pode-se argumentar que todas as discussões sobre relógios devem descrever seus mecanismos constituintes. Não creio que esta posição possa

ser seriamente defendida. Precisamos de uma descrição física dos mecanismos de um relógio, a fim de compreender o papel dos relógios em um sistema de tempo disciplinado? Às vezes, talvez, mas geralmente não.

Finalmente, vamos examinar a afirmação “c”, a afirmação de que todas as explicações válidas contém referências a algum Er. Esse argumento também colapsa precisamente pelas mesmas razões. Obviamente, não precisamos de uma descrição quântica de um relógio para entender seu funcionamento normal. É claro que, em princípio, é possível que o comportamento de um relógio seja influenciado por eventos em um nível quântico. Mas isso é uma ocorrência muito, muito improvável, então seria ridículo exigir que todas as explicações envolvendo relógios fossem reformuladas em termos quânticos. De fato, tal reformulação exigiria um grau muito considerável de inteligência e esforço – tudo isso provavelmente desperdiçado. Isso não é negar que (mais adiante) a redução pode ser uma estratégia útil, genética e a biologia molecular fornecer ampla prova disso. Em vez disso, é insistir que os motivos de redução são pragmáticos, em vez de normativos, e que o sucesso da redução deve ser julgado em termos de produtividade científica mais do que em termos de restrições metodológicas.

Vamos agora nos voltar para os erros do tipo “b” ou mecanicista. Enquanto os erros atomísticos colocam em risco o nosso pensamento sobre todos os mecanismos, tanto naturais como sociais, os mal-entendidos mecanicistas são mais comuns nas ciências sociais (embora não estejam ausentes das ciências naturais também). Mecanicismo é a visão de que a realidade consiste de entidades materiais fisicamente necessárias que transmitem energia umas às outras, ou que podem pelo menos ser adequadamente conceituada nesses termos. Mecanicismo, em outras palavras, é a visão de que os mecanismos são exatamente análogos às máquinas. Pode ainda ser analisado em duas afirmações inter-relacionadas, mas distintas: fisicalismo e substancialismo. Vamos olhar para cada um deles.

O fisicalismo insiste na interconectividade física de todos os mecanismos. Agora, isso pode se aplicar a alguns mecanismos mecânicos, mas não se aplica a mecanismos causais *tout court*. Por exemplo, as interações sociais nem sempre, ou mesmo geralmente, envolvem atual contato corporal. Assim, nas ciências sociais, o fisicalismo geralmente envolve uma suposição um tanto mais fraca (e geralmente implícita) de que a *proximidade espaço-temporal* entre atores humanos é uma condição necessária para a transmissão de efeitos causais. Agora, claramente, a importância relativa da proximidade espacial entre os atores humanos foi radicalmente diminuída nos tempos modernos pelo desenvolvimento de meios eletrônicos de comunicação. Ainda assim, pode-se argumentar que: a) a proximidade temporal ainda é necessária, mesmo nas sociedades modernas; e que b) a proximidade espacial e temporal é uma condição *sine qua non* para a transmissão de efeitos causais nas sociedades pré-modernas. No entanto, esse argumento não se sustenta sob um exame mais minucioso. A exigência de proximidade temporal, por exemplo, é violada pelos poderes da memória e tradição, que permitem distância ou agentes mortos para influenciar eventos presentes. Tampouco os agentes humanos são necessários para a transmissão de tais influências. “Memória” e “tradição” podem ser incorporadas em formas simbólicas, como narrativas mitológicas ou históricas e rituais religiosos ou políticos. O tópico das formas simbólicas nos leva à falácia substancialista.

O substancialismo insiste em que os mecanismos são compostos exclusivamente de entidades concretas ou, para ser mais preciso, que as entidades cujos mecanismos são compostos são primariamente físicos. O substancialista pressupõe que uma entidade só existe realmente se e na medida em que existe materialmente; formas simbólicas e representações recebem um status unicamente epifenomenal. A discussão anterior da fábrica de alfinetes, enquanto forma organizacional, já nos deu motivos para duvidar dessa proposição. O argumento, para recordar, era que “a fábrica” existe à parte

de sua manifestação material. Gostaria agora de mostrar que a posição substancialista não pode ser facilmente sustentada, mesmo para um mecanismo “material” de nível inferior, como um relógio. Eu farei isso por meio de um experimento mental. Imaginemos que uma seita radical decida que os relógios são a fonte de todo o mal no mundo e se engaja em uma campanha violenta contra *orlogo-clasm* que consiga destruir todos os relógios existentes no mundo. O “relógio” deixaria de existir? Não necessariamente. Ainda haveria considerável conhecimento de relógios armazenados em documentos impressos e virtuais, bem como em cérebros humanos, que poderiam ser usados para fazer mais relógios em uma era futura era *post-orlogo-clasmic*. Agora, vamos imaginar outro cenário, no qual os *orlogo-clasts* com sucesso queimam, apagam e eliminam todo o conhecimento do relógio “incorporado em livros, bytes e cérebros, mas falham em descobrir um tesouro de relógios que foi guardado em um cofre. O que aconteceria em uma era *post-orlogo-clastic* se esses relógios fossem redescobertos? A sociedade futura ainda seria capaz de fazer novos relógios? Talvez não. E se o cofre contivesse livros e computador arquivos em relógios? Estes podem ser mais úteis, mas apenas se a sua língua pudesse ser decifrada. Em ambos os casos, então, informação e conhecimento – entidades não substanciais – seriam necessárias. O ponto aqui é simples: formas simbólicas e outras entidades não-substanciais podem ser componentes necessários de um mecanismo social.

### **O modelo ECPRES (Emergência, Poderes Causais, Entidades Relacionadas e Sistema)**

Tendo proporcionado um pano de fundo filosófico e explorado algumas objeções possíveis, passo agora ao modelo do ECPRES propriamente dito. O argumento central que desenvolverei nesta seção é que cada componente do modelo – cada letra na sigla – é necessário para uma definição completa e adequada de mecanismos imunes aos tipos de falácias que acabamos de descrever. Para defender este argumento, vou destrinchar o modelo, observando atentamente cada termo,

identificando os potenciais mal-entendidos que resultariam de sua omissão. Ao mesmo tempo, ligarei o modelo à discussão anterior do realismo crítico, sublinhando os sentidos em que ele é “realista” e “crítico”.

Como não há um ponto de partida lógico para essa discussão – a estrutura do modelo é *onto-lógica* em vez de *lógica* – e devido a que cada termo assume seu significado apenas em relação aos outros, simplesmente descompactei o modelo da esquerda para a direita, começando com o primeiro “e”, que significa “emergente”. O termo emergência, como usado aqui, aponta para o fato de que o todo é algumas vezes maior que a soma de suas partes ou, um pouco mais precisamente, que um conjunto de entidades relacionadas às vezes tem poderes causais e propriedades que são maiores ou diferentes daquelas possuído por essas mesmas entidades em isolamento. Agora, deve ficar claro que alguns ou mesmo a maioria dos mecanismos possuem poderes e propriedades emergentes. Ainda assim, pode-se imaginar pelo menos duas objeções à inclusão desse termo em uma definição de mecanismos, um ontológico, outro pragmático. Assim, pode-se objetar que enquanto alguns e talvez até mesmo a maioria dos mecanismos possuam poderes ou propriedades causais emergentes, deve haver *alguns* que não possuem. O problema dessa objeção é que ela leva diretamente à falácia atomística. O único tipo de mecanismo que não teria poderes e propriedades emergentes seria uma partícula elementar de um tipo ou outro. E embora seja possível que tais partículas existam, nenhuma ainda foi descoberta, nem mesmo na física de partículas, e certamente não por falta de tentativas. E mesmo se tais partículas fossem descobertas no âmbito do mundo físico, já sabemos que os eventos no mundo social são gerados principalmente por mecanismos emergentes. O que nos leva à segunda objeção, a saber, uma vez que os mecanismos com os quais a ciência social lida são *todos* emergentes, rotulá-los como tais não acrescenta nada ao nosso entendimento. Por que não se referir simplesmente ao “mecanismo” de um relógio como “mecanismo”, isto é, como uma entidade com certos poderes e propriedades

causais? Embora o uso deste tipo seja certamente conveniente em discussões substantivas e provavelmente inevitável, ele pode nos conduzir a hábitos atomísticos de pensamento, se não formos cuidadosos. O termo “emergente”, em nossa definição de mecanismos, serve como um lembrete de que os mecanismos sempre podem ser desmembrados e, mais amplamente, que a realidade é estratificada.

Dizer que um mecanismo tem “poderes causais” significa simplesmente que ele tem a capacidade de provocar mudanças no mundo – que sua presença ou ausência, sua atividade ou passividade, tem efeitos reais e (de algum modo) mensuráveis. Ao pensar sobre que tipos de poderes causais devemos e não devemos atribuir a quais mecanismos, pode ser útil traçar dois conjuntos de distinções, um entre efeitos externos e internos, e outro entre efeitos sistemáticos e contingentes. Efeitos externos são mudanças em entidades e/ou relações que não são constituintes do mecanismo em questão, como quando um despertador toca e acorda alguém. Os efeitos internos envolvem mudanças nas entidades constituintes e nas relações. Assim, um relógio analógico tem o poder causal de movimentar seus ponteiros. No modelo ECPRES, apenas os efeitos externos de um mecanismo contam como manifestações de seus poderes causais. Por quê? Porque os efeitos internos geralmente podem ser atribuídos aos poderes causais de uma das entidades que constituem o mecanismo, a um dos seus sub-mecanismos. O poder de um relógio para mover seus ponteiros é devido ao poder causal “mecanismo” do relógio, não aos poderes causais do relógio enquanto mecanismo. Sabemos disso, porque se removermos ou desativarmos o mecanismo, os ponteiros não se moverão. Isto pode parecer um ponto trivial, mas não é mera discussão. Elisões ontológicas desse tipo, nas quais os efeitos de um estrato da realidade são atribuídos a outro, são um erro comum em explicações científicas – e uma estratégia comum de inflação teórica.

A distinção entre efeitos sistemáticos e contingentes permite-nos uma clarificação mais profunda do conceito de poderes causais. Por

efeitos sistemáticos, quero dizer efeitos de rotina que ocorrem sob condições normais. O poder de um despertador analógico para “despertar alguém” e do seu “mecanismo” de “mover os ponteiros” seriam exemplos de poderes sistemáticos neste sentido. Os efeitos contingentes envolvem: a) quebra mecânica, como quando um despertador falha, fazendo com que uma pessoa se atrase, perca o emprego, etc.; e b) interações sistêmicas, como quando o toque de um despertador assusta um ladrão; fazendo com que ele deixe cair sua arma, descarregá-lo no teto, interrompendo assim seu “sistema” [silencioso] de roubo noturno. No modelo ECPRES, apenas os efeitos sistemáticos de um mecanismo serão contados como manifestações de “poderes causais”. Isto não é negar a existência ou importância de efeitos causais contingentes. O toque inesperado ou o não-toque de um despertador certamente pode ter consequências, às vezes importantes. Ainda assim, não acho que queremos incluir “perda de empregos” e o “descarregamento armas” na lista de poderes causais de um despertador, já que o primeiro é devido ao fracasso de um mecanismo de ordem inferior e o segundo à intrusão de um sistema externo. O ponto-chave aqui é que interações incomuns ou inesperadas entre mecanismos podem levar a resultados “contingentes” e “conjunturais”.

O conceito de “poderes causais” contém uma afirmação ontológica que coloca um problema metodológico. A alegação ontológica é de que o real não é (somente) o (diretamente) observável, mas (também) o efetivo – ou seja, que uma entidade é real se ela puder ter efeitos (observáveis). O problema metodológico diz respeito à observação de não observáveis. Como isso é possível? A resposta é que a observação científica, ao contrário da observação do senso comum, envolve frequentemente: a) instrumentos físicos ou conceituais, como um telescópio ou um levantamento e b) manipulações físicas ou lógicas, como um experimento, seja ele artificial ou natural, ou controle estatístico. Instrumentos e manipulações permitem que cientistas sociais e naturais “observem” não observáveis. Isso levou alguns filósofos da ciência, alguns críticos

da ciência social, a argumentar que todas as observações são meras construções, criadas pelo observador, por meio de instrumentos físicos ou conceituais e, portanto, mais subjetivas do que objetivas. Embora exageradas, excessivas, essas críticas têm algum fundamento: *como sabemos* que uma “observação” é na verdade uma representação da realidade e não apenas um artefato de nossos instrumentos? Mesmo os testes e instrumentos mais sofisticados podem gerar falsos resultados positivos. O conceito realista de poderes causais nos permite transcender e reconfigurar esse debate. Ele nos permite reconhecer a existência de não-observáveis sem abrir mão da possibilidade de observação ou inflando a “observação” a um ponto de ruptura. Pois se admitimos que *existem* entidades reais que não podem ser diretamente observadas com os sentidos desassistidos, mas cuja existência *pode* ser acessada pela observação auxiliada ou não de seus *efeitos causais*, damos um passo gigantesco além do empirismo ingênuo e do construtivismo radical. É a via média que o realismo crítico busca seguir: ao permitir que os efeitos causais sirvam como um critério ontológico, podemos reconhecer a existência de não observáveis, colocando nossas suposições filosóficas em conformidade com a prática dos pesquisadores científicos, que pressupõe a existência de não-observáveis o tempo todo, sem nos abrirmos às críticas dos construcionistas radicais.

O terceiro componente do modelo ECPRES é o conceito de “entidades relacionadas”. Aqui, também, encontramos uma diferença crucial entre abordagens realistas e não realistas. Os não-realistas tipicamente falam sobre mecanismos em termos fenomênicos, por exemplo, como “sequências de eventos” ou “conexões entre variáveis”. (Abaixo, defendo a incoerência dessa posição). Os realistas, ao contrário, pensam em mecanismos em termos *ontológicos*, como relacionamentos. No modelo da ECPRES, estamos interessados mais nas relações sistemáticas do que nas relações contingentes. Aqui, pode ser útil distinguir entre relacionamentos recorrentes e acidentais, de um lado, e entre relacionamentos necessários e incidentais, de outro. A diferença

entre relacionamentos recorrentes e acidentais é amplamente ilustrada pelos exemplos do alarme do relógio apresentados acima e envolve efeitos externos “típicos” e “normais” em oposição aos efeitos atípicos ou anormais. A diferença entre relacionamentos necessários e incidentais diz respeito às relações internas dentro de um mecanismo. Uma relação necessária é aquela que afeta os poderes causais de um determinado mecanismo, como a relação entre o “mecanismo” e os ponteiros de um relógio. Uma relação incidental diz respeito a outras relações que não influenciam os poderes causais do mecanismo em questão – a digamos, a cor da caixa do de um relógio. (É claro que, se estivermos interessados em um relógio como um “objeto decorativo”, e não como um “dispositivo de controle do tempo”, a cor pode, de fato, influenciar seu “efeito” (nesse caso, um efeito estético). Como este exemplo evidencia, a “mesma” entidade pode fazer parte de diferentes mecanismos e sistemas, muitas vezes em virtude de diferentes propriedades. (Eu avançarei mais sobre esta questão adiante). Para o momento, o ponto chave é que o modelo ECPRES define “entidades relacionadas” como *entidades e relações que são necessárias para os efeitos recorrentes do mecanismo em questão*.

Mas o que é uma “entidade”? Ao pensar sobre entidades, precisamos ser cautelosos com nossos reflexos ontológicos, que podem ser muito influenciados pelo senso comum e pela mecânica Newtoniana. Essas influências são manifestadas na tendência a imaginar entidades como objetos físicos observáveis – como bolas de bilhar – e igualar objetos físicos, observáveis, a entidades. Esta abordagem é profunda e triplamente equivocada. Primeiro, porque muitos dos objetos que os pesquisadores científicos “observam” são, na verdade, não observáveis, de modo que o que é realmente “observado” é algum tipo de *representação* observável de um [objeto] não-observável, seja isto de forma visual, gráfica, estatística ou matemática. Segundo, porque muitos desses objetos, especialmente aqueles estudados por cientistas sociais, não são “físicos” no mesmo sentido ou no mesmo grau de uma bola de bilhar. (Ironicamente, nem mesmo está

claro se o elétron – uma das inspirações para a imagem da bola de bilhar – é físico neste sentido, já que muitas vezes se comporta como uma onda.) E terceiro, porque as entidades que figuram em mecanismos muitas vezes são apenas partes ou propriedades de objetos mais complexos ou de ordem superior de objetos que poderia também ser naquela enquadradas também em outros mecanismos.

Considere “preferências”, uma entidade que figura prominentemente em modelos econômicos de vida social. Quando os economistas falam de “preferências observadas”, eles estão, é claro, referindo-se às preferências inferidas (isto é, preferências *inferidas* do comportamento com base em certas suposições sobre a racionalidade humana). Em outras palavras, preferências são não observáveis. Acho que muito disso deveria ser concedido ao utilitarismo mais vulgar, seja um neo-Hobbesiano que enxergava o organismo humano como um mecanismo biológico ou um neo-Benthamiano que via toda a ação humana como uma resposta a dor e ao prazer. Mais controversa talvez seja minha segunda afirmação: de que as preferências não são diretamente físicas. Deixe-me ser claro neste ponto: não pretendo negar que as preferências têm um “preferência” da mesma forma que se sente ou vê uma bola de bilhar ou, aliás, uma *substrato* biológico, que elas são de alguma forma geradas dentro do cérebro e executadas por corpos. Eu estou simplesmente argumentando que não se pode sentir ou ver uma sequência de DNA. Agora, um fisicalista impenitente poderia argumentar que as preferências são realmente apenas conexões neuronais no cérebro e/ou impulsos eletroquímicos no sistema nervoso. Mas a menos que, e até que, os ganhos epistemológicos de tal redução tenham sido demonstrados, não há razão para o cientista social para aceitar esta afirmativa; redução, recalque, é uma estratégia explicativa; não é um imperativo metodológico. Nesta questão, me parece, que o ônus da prova cabe aos defensores do fisicalismo. Do meu ponto de vista, as “preferências” são melhor entendidas como uma propriedade da agência humana que é, em si

mesma, um poder causal emergente que deriva, a propósito, da combinação de um cérebro, um corpo e uma linguagem. Resumindo: entidades podem ser observáveis ou não observáveis; elas devem ter um substrato físico, mas elas não precisam ser descritas em termos físicos; e muitas vezes são apenas partes ou propriedades de objetos complexos com múltiplas propriedades.

O quarto e último componente do conceito do modelo ECPRES é o conceito de “sistema”. Tal como os seus homólogos, estes sinais de conceito tem uma fundamental divergência entre as abordagens realistas e não-realistas. Empiristas, particularmente aqueles de uma estirpe positivista, não traçam limites ontológicos no espaço ou no tempo; eles assumem uma ontologia universal e imutável, governada por leis universais e imutáveis. O conceito de “sistema”, por contraste, permite a existência de fronteiras espaço-temporais. Construcionistas, por sua vez, provavelmente reconheceriam a existência de tais fronteiras, mas eles as veriam como o produto da agência humana. Os realistas, ao contrário, estão abertos à possibilidade de sistemas que operarem “pelas costas” dos atores humanos, e não apenas no mundo natural. Os contrastes anteriores já fornecem alguma indicação do que se pretende aqui pelo termo “sistema”. Ele tem uma dimensão estrutural ou demográfica, bem como uma dimensão dinâmica ou de agência [agentic]. O aspecto demográfico diz respeito à “população” de entidades em uma estrutura espaço-temporal, na medida em que a existência de certas entidades formam uma condição de possibilidade para certos mecanismos. Assim, as formas de vida baseadas no carbono não poderiam emergir até que a fissão nuclear dentro das estrelas tivesse produzido átomos de carbono. Da mesma forma, o capitalismo Ocidental não poderia emergir, e nem existir, não na forma que conhecemos, sem a existência do “trabalho livre”, que era o produto, entre outros, da expropriação camponesa (“cercamentos”), ou assim Marx e Weber teriam argumentado. O aspecto de agência diz respeito aos poderes das propriedades, na medida em que é influenciado pelo contexto. A condutividade de um metal é uma força causal

em alguns contextos (por exemplo, um motor elétrico), mas não em outros (uma turbina movida pelo vento), onde as potências de alguma outra propriedade tornam-se peso saliente ou resistência à tração). O mesmo princípio é obtido no mundo social. Uma patente de nobreza pode ter um poder causal muito considerável em um contexto sócio-histórico (uma sociedade feudal), mas relativamente pouco em outro (uma sociedade capitalista) e fortemente o oposto em uma outra (uma sociedade comunista). Isto não é porque as patentes da nobreza deixam de existir; é porque outros elementos do sistema feudal desapareceram (estados corporativos, privilégios nobres, formas feudais de propriedade, etc.). Numa sociedade capitalista uma patente da nobreza é como o polegar de um panda: uma relíquia de sistema que agora perdeu sua função. A maioria dos sistemas tem limites temporais, eles geralmente têm limites espaciais também. O poder de uma estrela *qua* “mecanismo de geração de energia” é uma função inversa da distância, por exemplo. A mesma relação entre poder e espaço geralmente se obtém na vida social também. Por exemplo, a capacidade de um estado de projetar poder militar está inversamente relacionada à distância do alvo pretendido.

Há ainda mais uma coisa que devemos fazer antes de podermos comparar o modelo da ECPRES a modelos rivais dentro da sociologia e da ciência política, e isso é destacar certas diferenças importantes entre os mecanismos naturais e sociais. Até agora, falei sobre mecanismos em geral, sem fazer tais distinções. Mas os mecanismos sociais têm pelo menos quatro características específicas que os distinguem dos mecanismos naturais: *dependência de atividade, dependência conceitual, mutabilidade e especificidade tempo-espaço*.

*Dependência de atividade.* Ao contrário dos mecanismos naturais, os mecanismos sociais sempre envolvem a atividade humana, sendo ela física, cognitiva ou discursiva. A questão crucial, claro, em que sentido eles o fazem, e sobre este ponto, há considerável desacordo entre ambos os filósofos e praticantes da ciência social. Aqui, a posição realista crítica pode ser utilmente

contrastada com dois outros pontos de vista que são bastante difundidos dentro das ciências sociais que chamarei de *agentismo* [agentism] e *presentismo* [presentism]. Por “agentismo” quero dizer, a alegação de que os mecanismos sociais são compostos exclusivamente de agentes humanos ou, mais precisamente, que as entidades das quais os mecanismos sociais são compostos podem ser descritas e, de fato, devem ser descritas como propriedades de indivíduos biológicos. Nas versões principais da teoria da escolha racional, por exemplo, todos os mecanismos podem ser descritos em termos de “atores”, “preferências” e “restrições”, onde as restrições são entendidas como limitações geradas pelas preferências de outros atores. Contudo, *agentismo* não é de alguma forma confinado pela teoria da escolha racional. Em versões menos sistemáticas e explícitas de *agentismo* podem também ser encontradas dentro de outras tradições de teoria e pesquisa. A dependência da atividade não poderia ser confundida com *agentismo*. No modelo ECPRES, como no realismo crítico, de forma mais ampla, mecanismos sociais podem incluir entidades não-agentes. Tais entidades poderiam ser não-humanas (por exemplo um artefato material tal como um relógio ou uma construção de igreja, ou uma forma simbólica tal como “o relógio” ou “a igreja”) supra-individual (por exemplo, um grupo tal qual uma classe ou confissão [religiosa] ou uma instituição tal como uma fábrica ou uma hierocracia) ou sub-individual (por exemplo, um uma disposição subjetiva ou impulso psíquico). No modelo ECPRES, a dependência da atividade é a afirmativa de que os mecanismos sociais são compostos exclusivamente por entidades que são o *resultado* das atividades humanas.

Aqui, nós devemos nos precaver contra um outro erro: *presentismo*, a afirmação que os mecanismos sociais são compostos exclusivamente de entidades produzidas por atores *vivos*.

O problema com o *presentismo*, como Comte observou há quase dois séculos atrás, é que alguns dos atores mais poderosos de qualquer sociedade já estão mortos. Para o axioma de Comte, podemos acrescentar o

corolário que muitas das entidades não humanas de que os mecanismos sociais são compostos foram produzidas no passado. Isto é feito porque os atores podem continuar a agir ou, mais precisamente, a exercer poderes causais, através de entidades não-agentes que eles ajudaram a produzir. Mesmo um materialista resoluto como Marx foi perspicaz o suficiente para reconhecer isso. Lembre-se da linha citada do *The Eighteenth Brumaire*: “o peso das gerações mortas paira como um pesadelo nos cérebros dos vivos.”

*Dependência-conceitual.* O “pesadelo” de Marx fornece uma bela ilustração da segunda diferença entre mecanismos naturais e sociais: conceito dependência. Dependência-conceitual é um corolário direto da dependência de atividade. Se a agência humana sempre envolve conceitos em algum estágio ou nível, segue-se que a operação de mecanismos sociais envolve conceitos em algum estágio ou nível. Mas em que sentido? A resposta realista crítica a essa questão talvez possa ser melhor compreendida através de um contraste com as versões fortes da hermenêutica e da física social (por exemplo, abordagens fenomenológicas e de sistemas teóricos). A noção de conceitos dependência marca uma diferença óbvia entre o modelo ECPRES e uma física social em que as ações e as razões dos agentes irão envolver os efeitos de outros processos sociais de ordem mais elevada, dos quais eles estão alegremente ou tristemente inconscientes (por exemplo, a “autopoiese” de Luhmann (Luhmann 1995, 2002) ou a geometria social de Black (1973)). Mas também marca um contraste sutil com uma hermenêutica cultural na qual ações e razões são as causas de tudo e a tarefa do analista é simplesmente recuperar a unidade orgânica de ações e razões. A dependência do conceito pode ser vista como um esforço para traçar um caminho intermediário entre essas duas posições e, assim, evitar os erros aos quais elas estão sujeitas. A física social erra, não em afirmar que há processos sociais de ordem superior, mas quando nega a dependência de atividade a tais processos. Tais processos de ordem superior só existem se, e na medida em que, eles conseguem dirigir a atividade humana. E tais processos de

direção envolvem inevitavelmente conceitos que são apropriados ou internalizados por agentes humanos (por exemplo, “papel”, “regra”, “ordem”, “preço”, “contrato” etc.). A hermenêutica cultural erra, não ao afirmar que os agentes humanos agem de acordo com conceitos de que são ou podem tornar-se conscientes; ao contrário, ele erra ao imaginar que todos os agentes sempre têm um conceito adequado de porque eles fazem o que fazem. A Teoria de Marx da exploração capitalista fornece um excelente exemplo disso. A apropriação da mais-valia pelo capitalista é facilitada quando o trabalhador conceitua sua relação com o capitalista como um contrato livre entre iguais. Como este exemplo mostra, há casos em que um conceito *inadequado* do mundo social forma uma entidade dentro de um mecanismo social. A atividade humana conceitualmente dependente também pode ter consequências não esperadas, como quando normas particulares sobre casamento e fertilidade têm consequências demográficas. Não se pode entender o regime demográfico resultante sem atenção ao casamento e normas de fertilidade. Mas as próprias normas em si mesmas não contêm um conceito do regime demográfico. Assim, encontramos a situação em que um conceito de ordem inferior forma uma parte de um mecanismo de ordem superior, cujos resultados não podem ser vistos como “intencionais”. No modelo ECPRES, então, a dependência-conceitual é simplesmente a alegação de que a operação de qualquer mecanismo social sempre envolve a operação de pelo menos um conceito, embora não necessariamente um que seja adequado ou intencional.

*Mutabilidade.* O princípio da dependência do conceito leva diretamente ao princípio da mutabilidade – a afirmação de que os mecanismos sociais podem variar, modificar e evoluir e de fato o fazem. Pois se há algo que as ciências humanas – sociais, culturais e históricas – estabeleceram incontestavelmente é que as visões de mundo humanas valem através do tempo e espaço físico e social, e se os conceitos culturais são um ingrediente necessário dos mecanismos sociais, isso significa que eles

também estarão sujeitos a variação, mutação, evolução e extinção. Às vezes, essas mudanças são o resultado da ação intencional, como quando a reconceitualização das relações de trabalho como relações de classe leva ao estabelecimento de um sistema de coletivo de barganha que vincula os salários à produtividade, atenuando, assim, o mecanismo da extração capitalista. Outras vezes, não são, como quando o acréscimo de novas fases no ciclo de vida “normal” (“primeira infância”, depois “adolescência” e, mais recentemente, “idade adulta jovem”) modificam os padrões de casamento, influenciando assim os regimes de fertilidade e equilíbrio demográfico. Como este último exemplo sugere, mudanças conceituais levam a mudanças no mecanismo, não apenas mudando a relação entre entidades existentes (por exemplo, “trabalho” e “capital”) mas também por trazer entidades inteiramente novas à existência. Assim, conceitos como “classe” ou “estado” não nomeiam simplesmente entidades que já ajudam a trazer à existência essas entidades. Isso não é endossar algum tipo de construcionismo radical, no qual a classe social não tem realidade ou existência à parte do conceito de classe. Como o próprio Marx demonstrou em sua análise histórica da “acumulação primitiva”, a gênese da classe trabalhadora moderna não era apenas o resultado de construções culturais; foi também o produto de desenvolvimentos objetivos, tais como a alienabilidade da propriedade da terra, o surgimento da troca monetária e o cercamento de terras comuns.

*Dependência espaço-temporal.* A partir daí, quarta e última diferença entre os mecanismos naturais e sociais naturalmente se segue: especificidade espaço-temporal. Esta é a afirmação de que a maioria dos mecanismos sociais, talvez tenha uma expectativa de vida histórica finita e pode emergir e sobreviver apenas dentro de certos “nichos ecológicos” ou “parâmetros ecossistêmicos”. Por exemplo, o mecanismo da extração capitalista pode emergir e sobreviver apenas enquanto o trabalho é uma mercadoria que pode ser comprada e vendida, seja na forma de “força de trabalho”, como na variante moderna do capitalismo analisada por

Marx, ou na forma de trabalho escravo, como na variante antiga do capitalismo identificada por Weber (1891), e pode e persistirá apenas enquanto o trabalho continuar sendo uma mercadoria, como observado por Polanyi (Polanyi e Dalton 1968; Polanyi 2001).

### Modelo ECPRES e seus rivais social-científicos

Por que toda essa conversa sobre “mecanismos”? Por que os sociólogos e os cientistas políticos de repente ficam tão enamorados dessa metáfora? Uma parte da explicação deve ser encontrada fora dessas disciplinas, na mudança das relações de poder dentro do campo científico como um todo e, mais especificamente, no declínio do prestígio e da influência da física e na emergência da biologia como o novo *Leitwissenschaft*. Enquanto as ciências biológicas fizeram progressos notáveis nas últimas décadas, não descobriram nenhuma nova “lei”, pelo menos não parcimoniosa de tipo matemático produzido pela física do século XX. O que eles descobriram são “mecanismos”. Assim, do mesmo modo que a física forneceu o modelo que muitos cientistas sociais aspiraram algum dia alcançar (e alguns economistas imaginam que conseguiram), então, a biologia fornece ciência paradigmática para muitos cientistas sociais hoje.

Outra parte da explicação para essa mania de mecanismos encontrada dentro das disciplinas da sociologia e ciência política e, mais especificamente, em uma crescente desilusão com as filosofias da ciência empiristas e positivistas. Este não é o lugar para contar a história de como Hempel e Popper conquistaram a ciência social anglo-americana. Isso foi feito com bastante habilidade em outros lugares (Steinmetz, 2005). E os resultados desta conquista estão inscritos na linguagem positivista da ciência social, carregada como ainda é com o discurso de “previsão” e “dedução”, e “teste de teoria” e “falsificação”. O ponto-chave neste contexto é que há uma crescente convicção em alguns setores de que o positivismo é um *relato* falso, que o modelo de uma lei científica universal não representa com precisão “boa ciência social” e que métodos

falsificacionistas não necessariamente levam ao “progresso científico” (Gorski, 2004).

Mas o que vem depois do positivismo? A metáfora dos mecanismos representa uma alternativa, e muitos dos desiludidos se apegaram a ela. Enquanto mecanismos falam de **cortes** em orientações teóricas e especializações substantivas, as principais afirmações programáticas vieram de duas partes: a teoria da escolha racional e a ciência social comparativa qualitativa. Cada grupo tem suas próprias razões para defender uma abordagem de mecanismos. Para os teóricos da escolha racional dentro da sociologia e da ciência política, os mecanismos falam servem a um duplo propósito: primeiro, eles permitem distanciar-se de duas versões rivais da teoria da escolha racional que têm sido bastante influentes na economia, e que eram influenciados pelo positivismo: a) a versão mais heterodoxa “instrumentalista” associada à Milton Friedman, que afirma que o realismo psicológico dos pressupostos da escolha racional não tem importância, desde que as previsões empíricas produzidas sejam exatas (Friedman, 1953); e b) a versão mais ortodoxa, nomotética, exemplificada por Gary Becker, que procura abranger todas as facetas do comportamento humano sob algumas leis básicas (Becker, 1976). Em contraste, uma versão da teoria da escolha racional baseada em mecanismos insiste nas hipóteses realistas (por exemplo, sobre cognição e racionalidade humanas) e/ou substitui a busca por leis com uma busca por mecanismos. Ao enfatizar os mecanismos, os defensores da escolha racional também são um desafio metodológico e teórico para dois de seus rivais interdisciplinares: para os modeladores estatísticos convencionais, na Linhagem Columbia-Michigan-Wisconsin, que analisam as correlações entre as variáveis; e segundo, para pesquisadores qualitativos convencionais, que se concentram em estruturas e processos supra-individuais. Os mecanicistas de escolha racional argumentam que sua abordagem é superior porque especifica “ligações” causais e identifica os mecanismos de nível individual (“microfundamentos”) que fundamentam todos os fenômenos de nível macro.

Uma abordagem mecanicista também tem um apelo considerável para pesquisadores comparativos da ciência política e da sociologia, embora por razões bastante diferentes. O colapso do funcionalismo estrutural e da teoria da modernização durante o início dos anos 1970 catalisou o renascimento de trabalho qualitativo comparativo em ambas a sociologia e a ciência política (por exemplo, “sociologia histórica comparativa” e “economia política comparativa”). Duas das mais influentes apologias metodológicas de 1970 (Lijphart, 1975; Skocpol, 1979; Skocpol, 1984) apresentaram análise qualitativa comparativa como fundamentalmente semelhante à análise estatística quantitativa. Inicialmente ignoradas, essas auto-representações metodológicas foram posteriormente submetidas a ataques devastadores de metodologistas quantitativos bem conhecidos em ambas as disciplinas (Goldthorpe 1991; Lieberman 1991; King et al. 1994; Goldthorpe 1997), que argumentou que as análises comparativas qualitativas não atendem a certos padrões básicos de inferência causal confiável: por exemplo, havia muitas variáveis, casos demais, independência muito pequena entre os casos e uma suposição de determinismo causal. Os comparativistas muitas vezes se defenderam em termos bastante historicistas, empregando termos como “colisão”, “contingência”, “narratividade”, “eventos” e assim por diante (Somers, 1992; Savolainen, 1994; Gotham e Staples, 1996; Stryker, 1996; Steinmetz, 2004). Enquanto essa defesa protegeu o empreendimento comparativista em um dos flancos, deixou-a desprotegida em outro. Ao ceder as muralhas positivistas para modeladores estatísticos, os comparativistas desfocaram a fronteira que havia delimitado seu território em relação aos historiadores, e a divisão do trabalho científico que ela subscreveu: aqui, teoria e explicação, lá, dados e interpretação. O conceito de mecanismos, portanto, serve a uma função para os comparativistas: fornece uma defesa metodológica contra a crítica positivista lançada pelos modeladores estatísticos, e fornece uma *raison d'être vis-à-vis* aos historiadores.

Dizer que os mecanismos discutidos

em ciência política e sociologia é uma reação contra a hegemonia reinante do positivismo, e do empirismo na economia e na sociologia, não é uma crítica. Pelo contrário, na minha opinião, o problema com a maioria dos mecanismos que falam nessas disciplinas é que ela não se rompeu radicalmente o *suficiente* com o positivismo e o empirismo. O modelo ECPRES pode, portanto, ser visto como uma tentativa de dar continuidade ao ímpeto existente em direção a uma abordagem baseada em mecanismos, a fim de completar a ruptura com abordagens empiristas e positivistas. Dito de outro modo, na minha opinião, é que o modelo ECPRES, e realismo crítico mais geralmente, pode ser visto como a culminação lógica, ou pelo menos como uma continuação lógica, do trabalho existente. Nesta seção final do meu artigo, mostrarei como as suposições empiristas e positivistas contaminam grande parte da literatura atual sobre mecanismos, tornando-a filosoficamente e metodologicamente incoerente; e vou argumentar que o realismo crítico, tal como articulado no modelo ECPRES, aponta o caminho rumo a um modelo mais consistente de mecanismos e uma visão pós-positivista mais completa visão da ciência social.

*Abordagens de escolha racional.* Começamos examinando como os mecanismos foram concebidos por vários estudiosos proeminentes que trabalham dentro da tradição da escolha racional. Em um artigo amplamente citado e muito discutido publicado no *American Journal Sociology*, Edgar Kiser e Michael Hechter (1991) usam o conceito de mecanismos para praticar a (então) corrente prática dentro da sociologia histórico-comparativa e desenvolvem uma visão alternativa desse sub-campo. Embora a crítica seja um pouco exagerada, também não é totalmente imprecisa; a visão alternativa, no entanto, é uma simbiose infeliz e insustentável do positivismo e do realismo.

Kiser e Hechter abrem sua discussão dividindo os sociólogos comparativos em dois campos principais: “historicistas” e “indutivistas”. A principal diferença entre os dois campos, como eles o vêem, reside na generalidade empírica e teórica das explicações avançadas por cada

campo. Os historicistas recusam ambos os tipos de generalidade, enquanto os indutivistas avançam explicações que têm um alcance empírico considerável (se não universal), mas não abrangem mecanismos únicos, gerais ou fornecem mecanismos causais explícitos. (É claro que essa taxonomia deixa de fora pelo menos uma escola muito importante: a tradição política contenciosa associada ao trabalho de Charles Tilly e seus colaboradores. Discutirei essa tradição na próxima seção.)

Vamos examinar essas acusações mais de perto. Kiser e Hechter identifica dois exemplares da abordagem historicista: Reinhard Bendix e Michael Mann. Ambos os estudiosos, eles dizem, “favorecem interpretações que enfatizam a complexidade, singularidade e contingência de eventos históricos, e abordagens holísticas para o estudo da história” (Kiser e Hechte 1991:10) e podem ser melhor vistas como discípulos modernos da abordagem interpretativa que se estende de Gadamer através de Weber a Dilthey. Então, como holistas e interpretadores, eles estão na mesma linhagem que a original da Escola Histórica Alemã do final do século XIX.

Esta genealogia é exata? Eu acho que não. Primeiro, descaracteriza Weber. Como bem sabe alguém familiarizado com a *Methodenstreit*, Weber não era um historicista ortodoxo (Camic et al., 2005). Ao contrário ele buscava uma via média entre a escola alemã ou histórica de economia, por um lado, e a escola austríaca ou neoclássica, de outro. Weber certamente pensava que *Verstehen* ou interpretação – entendimento do significado que as ações têm para os atores – era um importante instrumento na ciência social, que era necessário para construir e avaliar explicações “válidas”. Mas ele não considerou como um fim em si mesmo. Esta (des) caracterização é ainda mais curiosa, dado que o Kiser (1999) também tentou reivindicar Weber pela tradição da escolha racional.

Assim, o simples fato de que Bendix era um weberiano não o torna, *ipso facto*, um historicista. Poderíamos, no entanto, argumentar que Bendix defendia uma espécie de weberianismo historicista? Essa caracterização

chega um pouco mais perto da verdade. Pois Bendix estava interessado nas motivações dos atores sociais e na especificidade das trajetórias históricas nacionais (ver, por exemplo, Bendix, 1978). Ele era afeiçoado em particularizar comparações e explicações da dependência de trajetória. Mas isso não significa necessariamente interpretativista ou holístico. Como Weber, ele usou a interpretação como uma ferramenta para desenvolver a avaliação de explicações causais, de modo que ele não era interpretativista, pelo menos não no sentido usual desse termo, o que implica uma forte rejeição da explicação causal nas ciências sociais. Como Weber, ele enfatizou a importância da ação – mesmo de atores históricos específicos – na produção de resultados sociais. Talvez seja mais acurado descrevê-lo como um individualista metodológico, embora não da variedade da escolha racional.

Agora, Kiser e Hechter definem “historicismo” de um modo um pouco idiossincrático e, francamente, a-histórico, como envolvendo uma ênfase na “complexidade, singularidade e contingência de eventos históricos”. Bendix era um historicista *nesse* sentido? Acho que não. Seu uso de metodologia do tipo ideal para mapear variações nacionais e identificar padrões causais recorrentes deixa claro que essa caracterização é, na melhor das hipóteses, um lado.

Onde o trabalho de Mann está centrado é na caracterização não simplesmente unilateral; ele está completamente fora do padrão. Certamente, Mann não é holista. Ao contrário, ele nega a própria existência da “sociedade” como um todo coerente, argumentando que devemos olhar para a história humana em termos do desenvolvimento e interação de múltiplas “redes de poder” sobrepostas (Mann, 1986). Nem ele é um interpretativista. Se ele é alguma coisa, ele poderia ser classificado como prestando *muito pouca* atenção ao que a história “significava” para os atores individuais (Gorski, 2006). E ele explicitamente rejeita a caracterização de suas

quatro “fontes de poder” (ideológicas, políticas, econômicas e militares) como tipos ideais weberianos. Então, ele não pode ser colocado na linhagem historicista, mesmo nesta medida. Nem é ele um historicista no sentido idiossincrático promovido por Kiser e Hechter. Se Mann pensa que nenhuma seqüência histórica é precisamente igual a qualquer outra, ele evidentemente pensa que elas são *suficientes* como cada um dos outros, sendo que todos eles podem ser analisados dentro da mesma estrutura conceitual, ou seja, o modelo de poder social IEMP<sup>7</sup>. Em suma, tentar pendurar o rótulo historicista em um estudioso que tentou narrar a totalidade da história humana em termos de um único esquema teórico é realmente simplesmente tolice. E Kiser e Hechter parecem perceber isso: mais tarde em seu ensaio, eles tratam Mann como um indutivista.

Vamos ver se o rótulo indutivista tem mais poder de aderência que o de historicista. Na verdade, Kiser e Hechter vão e voltam entre dois rótulos: “indutivista” e “generalista indutivo”. Um indutivista é alguém que induz explicações a partir de dados, em vez de deduzi-los da teoria. Um “generalista indutivo” é alguém que usa indução para desenvolver generalizações. Em outras palavras, um indutivista é alguém que induz generalizações empíricas a partir da história, em vez de deduzi-las da teoria geral. Skocpol é uma “indutivista” neste sentido? Sim e não. Em seus escritos metodológicos, Skocpol realmente descreve sua abordagem em termos indutivistas (Skocpol, 1979; Skocpol e Somers, 1980; Skoc-pol 1984; Evans et al., 1985).

Especificamente, ela argumenta que o método comparativo emprega os mesmos métodos de inferência causal usados por sociólogos quantitativos, apenas com um “n” menor. Em seu trabalho empírico, no entanto, ela segue um *modus operandi* um pouco diferente. No prefácio a *States and Social Revolutions* (1979), por exemplo, ela descreve uma interação entre “previsões” ou expectativas de várias teorias da revolução e as dinâmicas observadas

7 [N.T.] Acrônimo referente a: Ideological, Economic, Military and Political (IEMP model) desenvolvido por Michael Mann, em *Sources of Social Power*.

e os resultados vistos nas histórias de grandes revoluções. Assim, seu método atual envolve uma interação complexa entre a dedução da teoria e a indução dos casos. Mas algumas dessas teorias são “gerais”? O que é mais, pelo menos, uma das teorias que explicitamente informa a própria teoria da revolução de Skocpol sobre o marxismo – é descrita como uma “teoria geral” pelos próprios Kiser e Hechter. Assim, embora a alegação de que os generalistas indutivos abjurem a teoria geral possa parecer plausível à primeira vista, ela não sobrevive a uma inspeção mais profunda.

Enquanto a discussão de Kiser e Hechter sobre “historicismo” e “generalismo indutivo” não lança muita luz sobre o trabalho de Bendix, Mann ou Skocpol; ele ajuda a esclarecer o que Kiser e Hechter entendem por “teoria geral”, ou seja, uma *teoria ontológica unificada que gera previsões aplicáveis universais*. Eles mencionam os seguintes exemplos: funcionalismo estrutural (Durkheim), materialismo histórico (Marx) e, claro, teoria da escolha racional (sua teoria geral preferida). Essas teorias são ontologicamente unificadas na medida em que postulam uma relativamente de menor número de entidades básicas sociais e relações (por exemplo, estruturas e funções, classes e produção, indivíduos e interesses). E elas reivindicam aplicabilidade universal a partir do fato de que argumentam que todos os fenômenos sociais em todos e em lugares podem ser explicados em termos destas entidades básicas e relacionamentos.

O que incomoda em Kiser e Hechter sobre “historicistas” e os “indutivistas”, então, não é que eles recusem generalizações empíricas e teoria geral – como acabamos de ver, eles não o fazem – mas sim que eles recusam generalizações empíricas *universais* e não usuais e uma teoria geral *ontologicamente unificada* em favor de menos-do-que-generalizações-universais e modelos teóricos ontologicamente pluralistas. Portanto, a teoria de Skocpol aplica-se apenas às evoluções sociais que ocorrem dentro de regimes agrários, e baseia-se em uma variedade de teóricos (por exemplo, Marx, Weber, Tocqueville, Hintze e Huntington), nenhum dos quais, isso

deveria ser adicionado, são os teóricos da escolha racional. E apesar de que até poderia ser discutido se o modelo IEMP de Mann é ontologicamente unificado, isto certamente não permite quaisquer generalizações empíricas universais.

Porque faz com que isso os incomoda tanto? Por que precisamos de uma teoria universal e unificada? Uma teoria geral e pluralista não é boa o suficiente? Não se a sua compreensão de como uma teoria “real” se parece é baseada em uma interpretação positivista das leis da física, e uma ortodoxa compreensão da teoria econômica como a ciência social análogo ao da física.

Mas a ortodoxia de Kiser e Hechter só vai até este ponto – a saber, longe o suficiente para se distanciar de outros comparativistas. O problema é que a adoção do positivismo não apenas os distancia de “historicistas” e “indutivistas”; também os abre para a crítica da análise “pequeno-n” lançada pelos positivistas quantitativos, uma crítica da qual eles não apenas estão conscientes, mas que eles mesmos aprovam em sua crítica a Skocpol. É por isso que eles introduzem o conceito de mecanismos: como um baluarte contra seus colegas positivistas. Os comparativistas de escolha racional podem não ter grandes n’s, mas eles têm pequenos mecanismos.

Infelizmente, Kiser e Hechter, assim, manobram-se em uma terra instável e de ninguém, finalmente, insustentável entre o realismo e o positivismo. A incoerência de sua posição já é evidente em seu resumo descontroladamente errôneo da epistemologia de Hume: “seguindo Hume”, afirmam eles, “é geralmente reconhecido que a causalidade nunca pode ser diretamente observada. Antes, deve ser interpretada com base em observáveis”. (Kiser & Hechter: 1991, p. 4). De fato, Hume categoricamente negou a possibilidade de inferência causal, argumentando que nós nunca podemos ter conhecimento confiável de causalidade. Causalidade, para Hume, era algo que imaginamos, não algo que “interpretamos”. É claro que, como sabiamente observou Andrew Abbot, essa má interpretação de Hume é difundida, originalmente propagada por metodologias quantitativas ansiosos por

conciliar uma metodologia empirista com uma auto-apresentação positivista (Abbott, 1998).

A insustentabilidade e a instabilidade de sua posição são ainda mais evidentes em seu modelo de explicação sociológica. “[E]xplicações adequadas”, eles ensaiam, “devem especular tanto as *relações* causais entre as variáveis quanto os *mecanismos* responsáveis pela produção dessas relações”. Essa definição é incoerente e redundante. É incoerente, porque uma “variável” nunca pode ser uma causa, porque as variáveis são, estritamente falando, categorias observacionais, e não ontológicas. Como as variáveis não são entidades reais (exceto no discurso científico), *elas não podem fazer nada* (exceto, digamos, em um modelo estatístico). É claro que os cientistas sociais às vezes se referem a entidades reais (por exemplo, juros, classes, instituições) como “variáveis”. Mas esse modo de falar nada mais é do que um gesto desajeitado de reverência ao positivismo. A definição de Kiser e Hechter também é redundante. É redundante porque uma descrição em termos de mecanismos é sempre superior e, portanto, deve sempre substituir uma descrição em termos de variáveis. O que Kiser e Hechter parecem querer dizer – mas diga-se de passagem, bastante mal – é que uma conjunção recorrente ou sequência de eventos sugere a operação de um mecanismo causal não observado, e que o conhecimento dos mecanismos causais é mais poderoso do que, e portanto preferível, a identificação de fenômenos recorrentes. É útil saber que apanhar pneumonia é muitas vezes precedido por apanhar um resfriado grave, é muito mais útil saber que o mecanismo subjacente é tipicamente uma infecção bacteriana.

Kiser e Hechter não são os únicos que tentaram reconciliar um modelo mecanicista de explicação da ciência social com uma compreensão positivista do empreendimento científico. Jon Elster também fez isso três vezes: uma vez em *Explaining Technical Change*, outra vez em *Nuts and Bolts* e uma terceira vez em *Alchemies of the Mind* (Elster 1983, 1989, 1999). A evolução dos pontos de vista de Elster – francamente, “giros” pode ser um termo melhor

– ilustra bem a inerente instabilidade de tais sínteses realistas / positivistas.

Em *Explaining Technical Change*, Elster (1983) usou o termo “mecanismo” em dois sentidos diferentes. Primeiro, denotar mecanismos de subalternização que, para ele, significam mecanismos baseados em ações e, especificamente, em escolha racional. Aqui, “mecanismos” significa “microfundamentos”. Em segundo lugar, para denotar “conexões causais”, em oposição a meras correlações. Aqui, “mecanismos” significa a “cadeia causal” que liga dois eventos ou variáveis. Nessa versão, vamos chamá-la de Elster<sup>1</sup>, Elster segue mais ou menos a mesma estratégia que Kiser e Hedlter. Por um lado, ele procura preservar a compreensão positivista das leis como conjunções constantes entre eventos observáveis, de modo a distanciar-se dos cientistas sociais “suaves” (e.g., interpretativistas). Ao mesmo tempo, ele introduz o conceito de “mecanismos” para se distanciar de cientistas sociais “duros” que poderiam se divertir com seu “pequeno n” (por exemplo, modeladores estatísticos) e afirmar sua superioridade *vis-a-vis* comparativistas qualitativos que não têm quaisquer micro-fundamentos. Ambos os sentidos de mecanismo são captados na metáfora mestre em Elster: a “caixa preta”. A caixa preta contém as engrenagens e rodas, por assim dizer, esse arco entre as variáveis estatísticas e por baixo das descrições macrossociológicas. Em Elster<sup>1</sup>, então, uma explicação baseada em mecanismos é simplesmente uma versão mais refinada de uma explicação de uma lei universal.

Em *Nuts and Bolts*, Elster (1989) dá um segundo passo nos mecanismos. Chamemos a esta abordagem Elster<sup>2</sup>. Elster<sup>2</sup> parece abandonar completamente o modelo de lei universal em favor de um modelo mecânico de explicação, e por duas razões: “Uma objeção é que as leis gerais podem refletir a correlação geral e não a causalidade. Outra é que as leis, mesmo que genuinamente causais, podem ser impedidas por outros mecanismos.” (1989: 6-7). Em outras palavras, uma conjunção constante entre eventos observáveis não implica causalidade – a menos que possamos especificar os mecanismos.

Inversamente, uma conjunção constante não implica o funcionamento de uma lei, porque podem estar em funcionamento mecanismos não observados e compensatórios. Se estes pontos forem aceitos, então o modelo de explicação de lei universal e a abordagem falsificadora do teste teórico colapsam imediatamente. Elster<sup>2</sup> parece perceber o mesmo, quando afirma que “a ênfase neste livro está na explicação *pelos mecanismos* (1989: 3, ênfase no original).

Em *Alchemies of the Mind* (Elster 1999), no entanto, ele tem uma mudança de sentimento, dando origem a Elster<sup>3</sup>. Para Elster<sup>3</sup>, os mecanismos não são um suplemento para sobrepor leis, como em Elster<sup>1</sup>, nem um substituto para elas como em Elster<sup>2</sup>, mas simplesmente uma segunda melhor alternativa para eles. Elster<sup>3</sup> propõe que vejamos os mecanismos “como intermediários entre leis e descrições” (1999: I). Mas em que sentido “intermediário”? Aparentemente, em termos de regularidade. Enquanto uma lei implica conjunção constante (“se A, então sempre B”), um mecanismo apenas implica conjunção recorrente (“A, depois às vezes B”). Daí a definição de Elster<sup>3</sup> de um mecanismo como “um padrão causal recorrente e inteligível” (1999: IX) e, mais especificamente, como um “padrão causal frequente e facilmente reconhecível que [é] desencadeado sob condições geralmente desconhecidas ou com consequências indeterminadas” (1999: I, ênfase removida).

Mecanismos permite-nos explicar (retrospectivamente), mas não prever (prospectivamente) porque podemos dizer se eles foram acionados e quais efeitos eles tiveram, mas não sabemos por que eles são acionados e que outros mecanismos de compensação podem estar operando. Então, por que o “apelo por mecanismos”? Porque eles são os melhores que podemos fazer, pelo menos por agora. Podemos aspirar ao conhecimento nomotético, diz Elster<sup>3</sup>, e provavelmente sempre o faremos, mas, por enquanto, devemos nos contentar com o aspecto mecânico, *faute de mieux*.

Resumindo: Elster<sup>1</sup> argumenta que o conhecimento mecanicista aprofunda o conhecimento nomotético, mostrando-nos

como e por que ocorrem constantes conjunções. Elster<sup>2</sup> é céptico quanto à própria possibilidade de um conhecimento nomotético e apresenta o conhecimento mecanicista como uma alternativa. Elster<sup>3</sup> então retoma o conhecimento nomotético como o Santo Graal da ciência social, mas prega a busca mais humilde do conhecimento mecanicista até que finalmente esse momento milenarista chegue. Alguém poderia se perguntar, porque há tantos Elsters? A resposta, eu acho, é que ninguém, nem mesmo Jon Elster, pode, de maneira estável, transpor, muito menos logicamente reconciliar, um modelo de explicação em termos de lei universal fundado no positivismo, com um modelo mecanicista ancorado pelo realismo.

A próxima pergunta é: por que não tentar? Afinal, tomados juntos, Elsters 1, 2 e 3 entregam uma crítica devastadora de três pontos do positivista social na ciência: 1) ainda não foram descobertas leis universais da vida social, menos ainda alguma que nos permita prever eventos da maneira que a física faz, nem mesmo por economistas, apesar de suas afirmações em contrário; 2) enquanto cientistas sociais certamente descobriram muitas correlações estatísticas, eles não geraram “leis” estatísticas que predizem a exata frequência de resultados particulares, como as “leis” da mecânica quântica faz; 3) as leis ausentes, os procedimentos falsificacionistas descritos por Hempel e Popper não são um método confiável de teste de teoria.

Então, novamente, por que tentar reconciliar o realismo com o positivismo? De fato, porque tentar salvar o positivismo? Talvez porque os teóricos da escolha racional acham-no útil em sua busca pela hegemonia teórica dentro as ciências sociais. Na medida em que a teoria da escolha racional parece deduzir “hipóteses testáveis” de alguns axiomas básicos, parecia cumprir os critérios positivistas para a ciência falsificacionista e nomotética. E na medida como essa visão positivista da “boa ciência” gozava de ampla aceitação entre os cientistas sociais, os teóricos da escolha racional poderiam argumentar que abordagem foi teoricamente e metodologicamente superior. Críticos, com

razão, observaram o fato de que as leis da teoria econômica não têm nada semelhança com o poder explicativo da física (o que não é negar que eles tem uma boa dose de poder explicativo em certos contextos sociais e históricos). Mas para outros, o argumento foi evidentemente persuasivo, talvez até para o próprio Elster. De qualquer forma, não é difícil entender por que Elster e outros teóricos da escolha racional hesitariam tanto em afrouxar seus agarramentos em um tão pesado bastão retórico.

Peter Hedström é um dos poucos teóricos da escolha racional que teve a coragem de fazê-lo. Em *Dissecting the Social*, Hedström (2005) dá as costas ao positivismo e apresenta uma versão totalmente realista da teoria da escolha racional que tem muitos pontos de semelhança com o modelo ECPRES aqui desenvolvido. Como veremos, no entanto, há também alguns pontos importantes de contraste, na medida em que Hedström continua comprometido, pelo menos de forma programática, com uma visão reducionista e talvez universalista da explicação, e com uma ontologia de mecanismos atomística e possivelmente fiscalista. Essas posturas – reducionismo, universalismo, atomismo e fiscalismo – estão em desacordo com quatro princípios centrais do modelo da ECPRES, a saber: estratificação, dependência do tempo-espaço, emergência e dependência do agente.

Deve-se salientar desde o início que a ruptura de Hedström com o positivismo e a adoção do realismo é completa e consistente. Isso pode ser visto, em primeiro lugar, no fato de ele definir explicações em termos causais em oposição a termos lógicos ou nomotéticos. “Uma característica básica de todas as explicações”, argumenta ele, “é que elas fornecem relatos causais plausíveis sobre por que os eventos acontecem, porque algo muda com o tempo, ou porque estados ou eventos co-variam no tempo ou no espaço” (2005: 13). Isso também pode ser visto em sua crítica de explicações estatísticas em ciências sociais. Também muitas vezes, ele reclama, quando “um fator parece estar sistematicamente relacionado ao valor esperado na probabilidade condicional do resultado,

então o fator é frequentemente referido como (probabilístico) ‘causa’ do resultado” (2005: 23). Como as citações alarmantes mostram, ele não pensa que os “fatores” ou “variáveis” contidos em modelos estatísticos têm o status ontológico de “causas”. “Nisto, ele está muito em desacordo com a escolha racional de seus colegas, que trocam de um para o outro entre linguagem positivista e realista quando discutem o assunto da explicação. De fato, ele está tão em desacordo com os positivistas que cita com aprovação a famosa definição de Parsons de “realismo analítico”, apesar de seu próprio desgosto pelo tipo de grande teoria que Parsons mais tarde defendeu: “os conceitos gerais da ciência não são fictícios, mas aspectos adequadamente de “apreensão” do mundo externo objetivo [...] Portanto, a posição aqui assumida é, num sentido epistemológico, realista. Ao mesmo tempo, evita implicações objetáveis de um realismo empirista. Os conceitos correspondem não a fenômenos concretos, mas a elementos neles que são analiticamente separáveis de outros elementos” (Parsons, 1937).

O modelo de mecanismos de Hedström também é amplamente consistente com o que defendemos aqui. Na definição de Hedström, “mecanismos [...] consistem de *entidades* (com suas propriedades) e as *atividades* com as quais esses laços se envolvem, seja por si mesmos ou em conjunto com outras entidades” (2005: 25). Assim, há considerável sobreposição com o modelo ECPRES, mesmo no que diz respeito à terminologia básica: “causalidade”, “entidades” e “propriedades”, por exemplo, existe até mesmo um aceno tácito para a possibilidade de entidades e poderes emergentes, na medida em que Hedström reconhece possibilidade de que “as propriedades dos agregados sociais” possam influenciar o comportamento individual (2005: 70). Embora a abordagem de Hedström seja amplamente consistente com o modelo ECPRES, certamente não é completamente consistente com este modelo. Como mencionado acima, Hedström às vezes defende uma ontologia atomística e um tanto fiscalista, bem como uma explicação reducionista e implicitamente universalista. Eu

digo “às vezes”, porque Hedström vacila bastante nessas questões. Como resultado, sua posição é internamente consistente ou logicamente incoerente. Como mostrarei, essas contradições podem ser facilmente resolvidas dentro de uma estrutura realista crítica. Vamos começar com um breve resumo de sua posição. À primeira vista, Hedström pareceria um atomista consistente, na medida em que ele parece insistir que todos os mecanismos sociais são compostos de uma única partícula elementar, a saber, “atores”, juntamente com seus “desejos, crenças e oportunidades” (2005: 26). Da mesma forma, embora ele seja menos explícito nesse ponto, Hedström também representa uma postura fisicalista, na medida em que ele conceitua as relações internas de mecanismos como “interações”, tipicamente entre indivíduos. Essa abordagem atomista e fisicalista dos mecanismos anda de mãos dadas com um modelo reducionista e universalizante de explicação. “De um ponto de vista explicativo”, Hedström insiste, não basta simplesmente postular que um fenômeno social causa outro [...]. É preciso também abrir a ‘caixa preta’ para revelar os mecanismos sociais que se acredita estarem em ação” (2005: 68). Assim, Hedström adere a uma visão reducionista da escolha racional que insiste em que uma explicação sociológica válida deve sempre fornecer “micro-fundamentos” baseados em atores. Finalmente, enquanto Hedström não faz nenhuma das afirmações usuais sobre o escopo universal das explicações de escolha racional, ele também não dá nenhuma indicação de que ele é cético quanto a tais afirmações, e assim, pelo menos, tacitamente, afirma. Em resumo, Hedström parece abraçar o atomismo e o reducionismo, e talvez o fisicalismo e o universalismo também.

Após uma análise ainda mais profunda, no entanto, logo fica claro que a posição de Hedström não é tão consistente quanto parece inicialmente. Certamente não é consistentemente atomista. O que, por exemplo, é a partícula elementar real dos mecanismos sociais? Atores individuais? Ou desejos, crenças e oportunidades? Se é o primeiro, então qual é o status ontológico do último? E, se este último, então por que se preocupar com o

primeiro? Qual é o realmente real? Evidentemente, Hedström acha que ambos são reais, na medida em que ele acha que ambos têm efeitos causais. Por um lado, o seu “modelo DBO” identifica e analisa as várias permutações e concatenações de desejos, crenças e oportunidades – DBO, ODB, OBD, etc. – e os tipos de ações e estratégias individuais que resultam. Assim, ele reconhece a existência de um estrato subindividual de mecanismos ou poderes causais. E, é claro, ele também invoca mecanismos intraindividuais de barganha e troca de teoria dos jogos. Assim, ele reconhece implicitamente o caráter estratificado da realidade social, mesmo que queira limitar sua ontologia social a dois estratos: o que ele chama de “molecular” (ou seja, subindividual) e “celular” (intraindividual). Ao cabo, no final de *Dissecting the Social*, Hedström, então, conclama que nos façamos uma “distinção analítica” entre “mecanismos elementares intra-atores” e “mecanismos moleculares, inter-atores” (2005: 145-6). E, no entanto, ele rejeita explicitamente a noção realista crítica de estratificação: para tornar as coisas ainda mais confusas, Hedström às vezes parece implicar existência de mecanismos supra-individuais. Por exemplo, suas simulações de computador em redes sociais e interações em grupo mostram os poderes causais de estruturas supra-individuais. E critica os principais teóricos da escolha racional por se concentrarem exclusivamente no “micro” e “ignoraram” o macro, recomendando no lugar disso uma forma de explicação “micro-macro-micro”, “à la James Coleman”, insistindo que “os indivíduos não apenas interagem com outros indivíduos; mas também ‘interagem’ e são influenciadas pelas propriedades dos agregados sociais” (2005: 70). Ainda assim, ele hesita em aceitar a lógica de seu próprio argumento, já que seu uso do termo “agregado” sugere: ele não quer reconhecer que grupos ou redes ou quaisquer outras estruturas supra-individuais são reais – que o todo é, em certo sentido, maior que a soma de suas partes. Tendo reconhecido que essas estruturas supra-individuais têm poderes causais emergentes, ele procura negar sua realidade em outros campos. Por um lado, ele resiste a qualquer redução

adicional em fundamentos convencionalistas, nomeadamente, que: “Existem critérios de relevância específicos da disciplina e ‘regras de parada’” (2005: 27). Por outro lado, ele evita a realidade das camadas supra-individuais em bases estritamente empiristas: “A maioria de nós concorda que os indivíduos existem e que eles têm poderes”, diz ele. Mas, ele contrapõe, “[...] uma vez que a *sociedade* não pode ser observada como tal, um critério perceptivo da existência ontológica não pode ser usado” (2005: 72).

Infelizmente, nenhuma dessas defesas é realmente defensável. A defesa convencionalista falha por falta de convenções. Claramente, não há consenso entre os cientistas sociais sobre quais são as regras de parada. Certamente não há consenso de que o ator individual é o ponto de parada ontológico para a explicação das ciências sociais, nem mesmo entre os economistas, os individualistas ontológicos por excelência: eles têm um apego de longa data e aparentemente crescente pela redução psicológica e biológica. Um dos objetivos centrais da “economia comportamental”, o subcampo mais ‘quente’ nessa disciplina, é descobrir tais mecanismos cognitivos por meio de experimentos psicológicos. E se esse consenso, na melhor das hipóteses, é fraco na economia, e é completamente inexistente nas outras ciências sociais. Quanto à defesa empirista, entra em colapso por falta de observáveis. Enquanto “atores” *qua* pessoas são diretamente observáveis, “desejos”, “crenças” e “oportunidades” não são. Naturalmente, pode-se contestar que podemos observar desejos e crenças em nós mesmos por meio da introspecção e que, portanto, é legítimo imputá-los a outros nessa base. Além disso, podemos perguntar aos outros sobre seus desejos e crenças e podemos comparar o que eles dizem com o que fazem para avaliar a veracidade de suas auto-representações. Mas isso claramente não é “observação” no sentido estrito e empirista. Entre outras coisas, envolve o uso de interpretação e instrumentação. E se nossa definição de “observação” permite interpretação e instrumentação, então a realidade de entidades supra-individuais não pode mais ser negada por motivos empiristas. Pois é bastante claro

que podemos “observar” grupos, instituições e ideologias por vários meios, incluindo pesquisa de pesquisa, análise de redes ou hermenêutica cultural. Tampouco é evidente que tais observações sejam menos confiáveis ou mais imprecisas do que nossas observações de atores individuais. Claramente, as pessoas muitas vezes erram em suas avaliações das pessoas “desejos” ou “crenças” de outras pessoas, da mesma forma que muitas vezes enganam os outros sobre seus próprios desejos e crenças.

Até agora, minhas observações se concentraram principalmente no atomismo inconsistente de Hedström e nas consequentes incoerências em sua ontologia. Mas já deve estar claro, até aqui, que seu fisicalismo, reducionismo e universalismo estão igualmente sujeitos a ataques. Previamente, eu sugeri que Hedström é um fisicalista fechado no grau em que ele descreve todas as relações causais termos interacionais. Assim, Hedström insiste que “os indivíduos não interagem apenas com outros indivíduos; eles também ‘interagem’ e são influenciados pelas propriedades dos agregados sociais” (2005: 70). Novamente, a linguagem é reveladora. Em que sentido um indivíduo “interage” com um “agregado social”? Certamente não em qualquer sentido físico direto. E como as próprias citações alarmantes de Hedström indicam, ele não está inteiramente confortável em conceituar processos causais de cima para baixo como “interações”, já que as “interações” individuais com os grupos são claramente mediadas por outras entidades representações coletivas, normas sociais e papéis institucionais). Quanto ao modelo reducionista de Hedström de explicação, ele é claramente inconsistente com sua própria ontologia estratificada, e até mesmo a ontologia simples, de duas camadas, que ele próprio propõe. Para que impedir uma redução ainda maior de desejos, crenças e oportunidades para o desenvolvimento cognitivo e até mesmo mecanismos neurológicos? Por outro lado, se os desejos, crenças de uma pessoa e as oportunidades são influenciadas pela sua posição dentro de uma rede ou pertencer a um grupo, então devemos admitir a possibilidade e validade das formas de explicação top-down ou

abductive, enfatizando “estrutura” e “cultura”. E uma vez admitido, o sonho de um colapsos da ontologia social universal. Para estrutura e cultura são certamente dependente do tempo-espço. De fato, este pode ser precisamente o perigo que Hedström está defendendo-se, insistindo na irrealidade do indivíduo supra-individual.

Em suma, embora Hedström deseje claramente reconstruir a teoria da escolha racional em uma base totalmente realista, ele não consegue fazê-lo inteiramente. Numerosos traços do antigo empirismo e do positivismo encontraram, de alguma forma, seu caminho nas pedras angulares epistemológicas e ontológicas de sua nova “sociologia analítica”, criando pontos fracos e fissuras nos fundamentos filosóficos que tornam instável o edifício sociológico resultante. As tensões e contradições são numerosas: os economistas são repreendidos por serem reducionistas demais, os sociólogos por não serem suficientemente reducionistas. Não-observáveis são postulados (“desejos” e “crenças”), mas a existência de não-observáveis é contestada. As propriedades emergentes dos atores são reconhecidas e destacadas, mas propriedades emergentes de redes e grupos são negadas ou subestimadas. Uma ontologia social de duas camadas é avançada na prática, mas uma visão estratificada da realidade social é rejeitada em princípio.

Por que Hedström quer ter as duas coisas? A resposta, suspeito eu, é que as pretensões imperialistas da teoria da escolha racional, sua aspiração de se tornar a teoria do campo unificado das ciências sociais, foi aproveitada cedo para uma epistemologia empirista – e para uma política libertária – que negava a existência de “sociedade” ou de quaisquer entidades supra-individuais, e para uma metodologia positivista que insistia sobre o caráter nomotético e dedutivo da explicação. Um dos argumentos mais comuns a favor da teoria da escolha racional tem sido filosófico, a saber, que a abordagem da escolha racional está de acordo com a visão positivista da ciência mais do que qualquer de seus rivais. Abraçar completamente o realismo envolve, por conseguinte, abandonar

um poderoso argumento em favor da teoria da escolha racional, e isto, Hedström, é evidentemente e compreensivelmente relutante em fazê-lo. De uma vez por todas, o caráter emergente e estratificado da realidade social é concedido, o argumento da escolha racional para o atomismo (“individualismo metodológico”) e o reducionismo (“microfundações”) são tornados não-persuasivos. A teoria da escolha racional torna-se então uma ontologia parcial e uma metodologia parcial – em suma, uma teoria entre outras, que, no entanto, é o preço que deve ser pago se quisermos reconstruir a teoria da escolha racional sobre uma base realista.

Enquanto o edifício da escolha racional provou ser muito estreito e pequeno demais para acomodar toda a vida social, a atenção que seus arquitetos têm dado aos seus fundamentos ontológicos é digna de emulação. Uma das grandes forças da teoria da escolha racional é uma ontologia parcimoniosa e explícita suscetível de representação formal (se também vulnerável à super-formalização supérflua). Como veremos, atenção insuficiente à ontologia social tem sido uma das fraquezas do sinal do modelo vagamente estruturalista de mecanismos atuais entre muitos comparativistas na ciência política e na sociologia.

*Abordagens institucionais históricas.* Os defensores de uma abordagem mecanicista oriunda da tradição da escolha racional adotaram gradualmente uma visão realista da ciência social, embora de forma um tanto relutante e incompleta, porque não tiveram tempo fácil para se libertar do positivismo. Isso não tem sido tão difícil para os comparativistas. A síntese comparativista-positivista foi sempre tênue, como os positivistas quantitativos foram rápidos em apontar. Tendo percebido que as formas de análise causal que praticavam não atendiam aos critérios quantitativo-positivistas de inferência causal, muitos comparativistas começaram a questionar os próprios critérios positivistas. “Mecanismos” parecia uma alternativa atraente. Se a análise comparativa não pode produzir leis gerais, o pensamento foi, talvez pudesse descobrir mecanismos. E talvez esse fosse um objetivo mais

realista, talvez até mais importante.

Mas o que é um mecanismo? Até certo ponto, os comparativistas pensando sobre esta questão estão em paralelo com os teóricos da escolha racional. Alguns comparativistas adotaram a versão de mecanismos como “variável interveniente”. Um ensaio amplamente lido, por Margaret Somers, seguiu Coleman ao definir um mecanismo como “uma conexão significativa entre eventos” (Somers, 1998). Esta curiosa mistura de linguagem empirista (“eventos”) e interpretativista (“conexão significativa”) é ainda mais curiosa, dado que o ensaio de Somers pretendia defender uma visão realista da sociologia histórica. Outros comparativistas seguiram Elster<sup>3</sup> (que pensavam que ele estava seguindo Merton) na definição de mecanismos como “teorias de médio alcance”, ou seja, teorias que têm mais escopo explicativo do que descrições narrativas, mas menos escopo do que as leis gerais. Como já vimos, nenhuma destas visões é coerente. “Eventos” e “variáveis” são categorias de observação, não causação. Tampouco a diferença entre uma lei geral e um mecanismo causal é uma questão de generalidade. Mecanismos também são regidos por leis gerais. No entanto, a complexidade ontológica e dependência do espaço-tempo do mundo social significa que as leis causais que governam mecanismos raramente produzem leis empíricas que governam eventos (exceto em sistemas simples e/ou fechados). O que eles *geram* são regularidades fenomenais observáveis. A verdadeira tarefa da ciência social, do ponto de vista realista, é descobrir, descrever e inventariar os mecanismos relevantes.

Alguns poucos comparativistas têm articulado e defendido uma abordagem consequentemente realista na última década. Nesta seção, vou me concentrar em dois deles: James Mahoney, um cientista político, e Charles Tilly, um sociólogo. Seus escritos sobre mecanismos revelam um dos principais perigos, bem como um dos maiores desafios enfrentados por uma ciência social mecanicista. O perigo

deriva da própria metáfora dos mecanismos, que pode facilmente nos seduzir em formas de pensar atomísticas, fisicalistas, reducionistas e universalistas. O desafio está na complexidade ontológica do próprio mundo social e na melhor forma de domá-lo.

Tilly nunca aceitou a síntese comparativista-positivista avançada por Skocpol. A tentativa de Skocpol de eliminar a revolução social de fenômenos afins (por exemplo, tumultos, movimentos e golpes) estava sempre em contradição com a visão de Tilly de uma ciência social histórica que situaria os vários tipos de “política contenciosa” dentro de um “campo de variação contínua” multidimensional que se estendia do *charivari* ao golpe de estado. Assim como seus alunos tentam desenvolver uma teoria geral da revolução através da adição de mais e mais novas “variáveis”. De fato, em um artigo seminal de 1995, Tilly descreveu tais esforços como uma perda de tempo” que impediu “a acumulação de conhecimento” (Tilly, 1995: 1605). Esta foi talvez uma formulação demasiado forte. Afinal, pode-se argumentar que Skocpol e seus alunos descobriram alguns mecanismos causais importantes (por exemplo, colapso do Estado) que produziu uma boa quantidade de revoluções, mesmo que elas representassem essas descobertas (erroneamente) em termos nomtéticos. Mas Tilly estava certo em argumentar que a busca por leis empíricas estava desviando a atenção dos seguidores de Skocpol<sup>8</sup> da busca por mecanismos causais – que uma autocompreensão metodológica inadequada estava atrapalhando o avanço teórico. A metáfora que ele invocou neste artigo inicial não era o mecanismo, mas o “dilúvio”. Vale a pena citar a passagem:

“Estou argumentando que as regularidades na vida política são muito amplas, na verdade trans-históricas, mas não operam na forma de estruturas e processos recorrentes em larga escala. Consistem em causas recorrentes que, em diferentes circunstâncias e sequências, se combinam em efeitos altamente variáveis mas ainda assim

8 [N.T.] No original – Skocpolians.

explicáveis. Os estudiosos da revolução imaginaram que estavam lidando com fenômenos como as marés oceânicas, cujas regularidades eles poderiam deduzir do conhecimento suficiente do movimento celestial, quando estavam realmente confrontando fenômenos como grandes inundações, ocorrências igualmente coerentes de uma perspectiva causal, mas enormemente variáveis na estrutura, sequência e conseqüências em função do terreno, precipitação anterior, ambiente construído e resposta humana” (Tilly 1995, p. 1601).

Assim, a crítica de Tilly à síntese comparativista-positivista não se deu em uma explicação histórica nem mesmo de um certo tipo de universalismo teórico. Para combinar o rigor teórico com a nuance histórica, argumentou Tilly, deve-se procurar as regularidades causais de menor escala que fundamentam as variações empíricas de ordem superior. Nesse mesmo artigo, Tilly justapôs essa explicação da forma protomecânica ao que poderia ser chamado de monadológico, que ele descreveu da seguinte maneira:

“1) assumir uma unidade social coerente, durável e autopropulsora; 2) atribuir uma condição geral ou processo a essa unidade; 3) invocar ou inventar um modelo invariante dessa condição ou processo; 4) explicar o comportamento da unidade com base na sua conformidade com esse modelo invariante”. (TILLY, 1995, p. 1595).

A crítica de Tilly à abordagem monadológica, que ele identificou (com ou sem razão) com o trabalho de Samuel Eisenstadt, foi tal que ele transformou processos em substâncias (“unidades sociais autopropulsoras”) e explicou eventos de ordem superior em termos substâncias de ordem superior. Em outras palavras, a abordagem monadológica, como ele viu, era substancialista e anti-reducionista. Vamos chamar essa posição de Tilly<sup>1</sup>.

Mas incisivo como suas críticas são em alguns aspectos, Tilly<sup>1</sup> não nos fornece um modelo geral de mecanismos causais que possa ser exportado para além das ciências

sociais comparativas. Pelo contrário, o modelo de mecanismos que está implícito dentro desta crítica do monismo é também muito carregado das preocupações peculiares da sociologia comparativa-histórica. Considere a insistência de Tilly na redução. Isso é muitas vezes uma estratégia frutífera quando se está lidando com fenômenos de ordem muito alta, como revoluções. Mas deveria ser óbvio que explicações abduativas que se movem do macro para micro pode ser bastante frutífero também, mesmo na sociologia histórica-comparativa. Enquanto Tilly pode estar certo que revoluções são muito parecidas com inundações, existem outros processos na vida social que são, em de fato, mais como marés oceânicas. E assim como as marés do oceano são bem explicadas movimento celestial, então ações individuais podem ser bem explicadas pelo contexto social. O ataque de Tilly ao monismo também o leva longe demais a direção do atomismo. Enquanto a atividade de uma entidade de ordem superior (por exemplo, um estado ou uma classe) muitas vezes pode ser melhor explicado por mecanismos de ordem inferior, isso não deve nos levar a negar a realidade emergente de entidades de ordem superior, como Tilly parece fazer neste artigo. Frequentemente, é bastante razoável “assumir uma unidade social de análise coerente, durável e autopropulsora” como um estado.

Em seus escritos mais recentes (e.g., McAdam et al., 2001; Tilly, 2001), Tilly desenvolve uma abordagem mais completa e explicitamente mecanicista da ciência social comparada. Vamos chamar isso de Tilly<sup>2</sup>. Sua posição atual é bem descrita na seguinte definição e explicação:

“Mecanismos são causas em pequena escala: eventos similares que produzem essencialmente os mesmos efeitos imediatos em uma ampla gama de circunstâncias. Os analistas referem-se frequentemente a causas sociais de grande escala (pobreza frustração, extremismo, competições de recursos e assim por diante), propondo condições necessárias ou suficientes para episódios inteiros de violência. Aqui, em contraste, procuramos mecanismos recorrentes de pequena escala que

produzem efeitos imediatos idênticos em muitas circunstâncias diferentes ainda combinar de forma variada para gerar resultados muito diferentes na grande escala (Tilly, 2001, p. 20).<sup>12</sup>

Na verdade, Tilly<sup>2</sup> não é tão diferente de Tilly<sup>1</sup>, exceto pelo acréscimo da metáfora dos mecanismos, um acréscimo que parece ter reforçado as tendências de reducionismo e atomismo já aparentes em Tilly.

O reforço deriva em parte das seduções da metáfora de mecanismos, que tende a nos levar a pensar erroneamente em mecanismos como “pequeno” e “oculto”. Mas por que reservar o termo “mecanismo” para “causas em pequena escala” e negá-lo a “causas de grande escala”? Por essa lógica, seria legítimo falar, digamos, de mecanismos genéticos, mas não de mecanismos de seleção - o que levaria ao colapso do síntese reinante na biologia evolutiva, combinando Mendel e Darwin, certamente uma mudança de paradigma degenerativo.

Talvez haja também outra razão para o lapso do reducionismo: a busca por uma ontologia social universal. Se pudéssemos encontrar alguns mecanismos moleculares fundamentais que não dependiam do tempo-espaço, então o foco em mecanismos de pequena escala poderia ser a salvação de uma teoria social universal. Atomismo, em outras palavras, poderia ser o resgate universalismo. Eu vejo esta esperança como um pouco excessivamente inflada e muito provavelmente deslocada. Mesmo que esses mecanismos moleculares universais existissem - e não estou seguro de que existam - o analista comparativo ainda seria confrontado com entidades emergentes de ordem superior (estados, regimes, religiões, movimentos e assim por diante) que eram dependentes do tempo-espaço e cuja dinâmica não poderia ser totalmente explicada em termos reducionistas. E devemos imaginar que o surgimento de novas entidades de ordem superior não tem influência sobre as de ordem inferior? Por exemplo, o surgimento de novas instituições e redes não leva a novas relações, que alteram a natureza dos atores e da ação? Sociólogos históricos e historiadores

sociais desenvolveram alguns relatos muito convincentes nesse sentido (McAdam, 1988; White, 1992; Padgett e Ansell, 1993; McLean e Padgett, 1997; Goldstein, 2005). A menos que tais análises possam ser definitivamente refutadas, a busca por uma teoria social universal baseada em mecanismos de pequena escala está em última instância condenada.

Há também uma incoerência aumentada em Tilly<sup>2</sup> que deriva da inserção de uma linguagem positivista de “eventos” na definição de mecanismos e a caracterização de causas sociais de larga escala como “condições necessárias e suficientes”. Quanto aos mecanismos *qua* eventos: embora seja verdade que mecanismos não observáveis só podem ser conhecidos através de suas manifestações observáveis, é errado caracterizar mecanismos como “eventos”; mecanismos devem ser entendidos como entidades e processos reais. Tampouco deve explicar uma explicação que invoque “causas de grande escala” em termos de condições necessárias e suficientes. O “colapso do Estado”, por exemplo, pode ser facilmente entendido como um mecanismo (envolvendo uma relação entre governantes políticos, elites sociais e os meios de coerção física e extração fiscal). A tentativa de Tilly de desacreditar de certa forma de explicação macro-histórica ao equacionar com uma filosofia positivista da ciência, portanto, falha.

Outra fonte de incoerência, evidente neste ensaio e em outro lugar (por exemplo, McAdam 200 I), é a insistência de Tilly<sup>2</sup> de que o real é o relacional, eu não quero sugerir que Tilly seja o único a invocar este princípio. E na medida em que ele muda de ideia, longe de um fisicalismo ingênuo, é até digno de ser aplaudido. No entanto, também pode ser um caso de torcer o bastão de tal forma que ele se rompa. Pois como pode uma relação ser real se não é entre entidades reais? E se a relação envolve entidades reais - agentes humanos ou instituições sociais, digamos - elas não importam também as propriedades variáveis dessas entidades? Não tenho dúvida de que Tilly concordaria prontamente que sim. O problema é que o conceito de relacionalismo representa, e nomeia algo mais, a saber, *emergência*, e não

apenas em Tilly<sup>2</sup>, mas em grande parte da recente teorização social (por exemplo, em Emirbayer 1997). No modelo ECPRES, por contraste, as entidades, as relações e a emergência são todas dadas a sua devida importância.

Claro que seria errado assumir que auto representações metodológicas de Tilly são totalmente congruentes com a sua atual análise teórica. De fato, os erros e inconsistências encontradas em um são quase totalmente ausentes na outra. Encontram-se pouco ou nenhum vestígio de atomismo, fisicalismo ou relacionalismo em Tilly nos escritos programáticos e empíricos sobre política contenciosa. Ao contrário, eles são cheios de entidades emergentes (instituições sociais e atores coletivos) cujos poderes e propriedades causais são muitas vezes decisivos. Além disso, essas entidades incluem identidades coletivas não físicas (por exemplo, identidades coletivas e fronteiras simbólicas) e as próprias entidades são claramente especificadas e cuidadosamente caracterizadas. Mas só porque os erros e inconsistências nos pronunciamentos metodológicos de Tilly não prejudicam a sua própria análise empírica não significando que ela não vale a pena corrigir. Tais erros e inconsistências podem causar problemas consideráveis na medida em que outras, menos escolares – e que inclui a maioria de nós – adotá-las irrefletidamente como receitas ou estratégias para o seu próprio trabalho.

Dentro da ciência política, o comparativista que tem feito a mais forte defesa de uma abordagem mecânica é provavelmente James Mahoney. De várias abordagens revista neste ensaio, a de Mahoney é aquela que mais se assemelha ao modelo ECPRESS. Mas há também alguns pontos de contraste importantes e instrutivos. Por isso será frutífero para nós fazer um breve exercício de comparação e contraste.

Como a maioria dos proponentes da abordagem mecanicista, o ponto do Mahoney de partida é uma crítica da estatística do positivismo nas ciências sociais, que ele refere para as “análises

correlacionais”. O problema com tais análises, ele argumenta, é “que mesmo correlações não espúrias em que a ordem temporal das variáveis está bem estabelecida pode ser inerentemente uma representação limitada dos processos causais” (Mahoney 2001: 575). Ao contrário da abordagem mecânica, no entanto, Mahoney está bem consciente das tensões profundas entre filosofias positivistas e realistas das ciências, e é crítico dos esforços para superá-las, por exemplo, através da definição de mecanismos causais como “variáveis intervenientes” ou “teorias de nível médio”. (Mahoney 2001: 578). Em vez disso, neste ensaio, ele recomenda que nós concebamos um mecanismo causal em termos realistas como “um mecanismo não observado que, quando ativado, gera um resultado de interesses.” (Mahoney 200, p. 580). Seguindo Rom Harré (1970, p. 35), ele rejeita a afirmação atomística das teorias da escolha-racional que argumentam explicações mecanicistas devem necessariamente serem baseadas sobre “um nível individual de análise” (Mahoney 200, p. 581). Nestes quatro aspectos, a posição do Mahoney é idêntica com a minha.

Em outros aspectos, porém, as nossas posições são ligeiramente diferentes. Estas divergências surgem muito claramente num ensaio posterior (Mahoney 2004), onde Mahoney apresenta uma formulação positiva da sua abordagem. O conceito de governo neste ensaio não é “mecanismos causais”, mas “teorias gerais”. Mahoney define teorias gerais como “postulados sobre agentes causais e mecanismos causais que estão ligados à análise empírica através de hipóteses de transição” (2004, p. 459). Agentes causais são “primitivos ontológicos”<sup>9</sup>, as entidades básicas postuladas pela teoria, tais como atores racionais na escolha racional ou sistemas sociais no funcionalismo estrutural. Como estes exemplos mostram os agentes não precisam ser entendidos como átomos irreduzíveis; eles podem ser de grande ou pequena escala e podem ser compostos ainda por outras entidades. Um mecanismo causal é “a característica particular do

9 O ensaio identifica cinco teorias gerais: funcionalista, escolha racional, poder, neo-darwinista e cultural (Mahoney, 2004, p. 462)

agente causal que realmente produz resultados e associações” (2004, p. 461). Teorias gerais, então, não são, e provavelmente não podem ser geral no sentido de serem empiricamente deterministas ou universais; eles “podem ser probabilísticos e se aplicam apenas a uma gama limitada de casos definidos por condições de escopo” (2004, p. 461). Em vez disso, o que torna uma teoria geral, afirma ele, “é o seu uso de uma causa abstrata que existe fora do espaço e do tempo” (ibid.). É de acordo com este preceito que Mahoney contrasta teorias gerais e teorizações menos abstratas e explícitas, como “hipóteses testáveis, conceitos gerais de orientação de pesquisa” (2004, p. 462).

A primeira formulação – a de que mecanismos existe fora do espaço e do tempo – está patentemente em desacordo com o realismo. O que é o realismo científico, se não a afirmação de que mecanismos causais realmente existem no espaço e no tempo? Aqui, Mahoney parece estar realmente confiando em mecanismos existentes com nossas representações teóricas de mecanismos e, assim, obscurecendo uma das mais importantes questões metodológicas confrontando a abordagem mecanicista, a saber, como negociar o comércio inevitável entre parcimônia teórica e complexidade ontológica. A segunda formulação parece romper um pouco com este giro anti-realista. Aqui, Mahoney parece sugerir que deve haver mais de uma instância de um mecanismo para que *seja* um mecanismo. Agora, alguns estudiosos podem estar mais interessados em estudar mecanismos frequentemente recorrentes e, para alguns propósitos, esse pode ser o caminho mais sábio. Mas não há razão, ontologicamente falando, por que devemos insistir que mecanismos reais sejam definidos como mecanismos recorrentes, e pode haver situações em que podemos querer estudar mecanismos únicos, por exemplo, quando eles produzem resultados singulares que são de particular interesse para nós. Por outro lado, alguns dos mecanismos mais comuns podem não ser de grande interesse científico, precisamente

porque são tão óbvios e bem compreendidos. Finalmente, existem alguns mecanismos que são o resultado de ação conscientemente elaborada (ex.: os incentivos resultantes dentro das organizações), onde as questões mais interessantes não são tanto sobre sua construção, mas sobre sua eficácia. Em suma, a questão não é se mecanismos únicos<sup>10</sup> existem, mas se é útil estudá-los.

## Conclusão

Os objetivos deste artigo foram tanto construtivos quanto críticos. Por um lado, tentei construir um modelo adequado e coerente de mecanismos causais. Por outro lado, tenho criticado abordagens nomotéticas e correlacionistas de modelos sociais como inadequados e semi-positivistas de mecanismos causais como incoerentes. Com base na filosofia realista crítica da ciência, propus que definíssemos mecanismos causais como os poderes causais emergentes dos relacionados dentro de um sistema. Além disso, identifiquei certos erros que a metáfora dos mecanismos parece evocar, a saber, o atomismo e o fisicalismo. Utilizo então o modelo ECPRES para criticar as visões positivistas e empiristas da ciência social, que avançam uma visão nomotética da explicação e um método falsificacionista de construção da teoria, bem como compreensões semi-positivistas e semi-empiristas de mecanismos causais, que procuram aproximar abordagens nomotéticas e mecanicistas da explicação com abordagens dedutivistas e/ou baseadas em eventos.

Que implicações o modelo ECPRES tem para o pesquisador de campo<sup>11</sup>? Antes de responder, deixe-me enfatizar que uma abordagem crítica realista ou mecanicista não é uma pré-condição da boa ciência social. Os anais da sociologia e da ciência política contêm muitas evidências em contrário. O ECPRES não é um “método” no sentido de uma receita para fazer boa ciência social; antes, é “método” no sentido

10 [N.T.] No original - “one-time mechanisms”.

11 Working researcher.

de um modelo do que faz uma boa ciência social ser boa, e do que não faz. O que torna uma ciência social boa é uma ontologia clara e explícita que ajuda a identificar e descrever mecanismos sociais importantes. Interpretações e correlações culturais podem ser meios importantes para atingir esse objetivo. A busca por “leis gerais” no sentido de “conjunções constantes”, no entanto, embora não seja necessariamente uma completa perda de tempo, certamente não é o melhor investimento de nossas energias acadêmicas.

Embora uma abordagem mecanicista resolva certos problemas intratáveis que têm atormentado abordagens nomotéticas, ela também gera um conjunto distinto de problemas. No fechamento deste texto, gostaria de destacar os problemas que são evidentes para mim e esboçar algumas [possíveis] respostas a eles. Esses problemas dizem respeito a: agência, abstração, causalidade e contingência.

*Agência e racionalidade.* Duas objeções comuns a abordagem mecanicista – e, de fato, à ciência social como tal – a são que: i) nega a existência de agência humana ou ii) reduz atores a engrenagens em uma máquina. Como inúmeros críticos apontaram, a teoria da escolha racional tem finas concepções de “racionalidade” e “ação”. Ação envolve a busca consciente de metas, a maximização da utilidade; racionalidade é o cálculo consciente de como alcançar certos objetivos, dadas certas preferências e crenças – a escolha de uma estratégia ótima e nada mais. Se as preferências de um ator são fixas e ordenadas e as estratégias são racionais e mesmo ótimas, então as escolhas dos atores serão, de facto, o produto de restrições e, em modelos mais sofisticados, de crenças ou informação. Agora, se isto é o que se entende por “ação”, “racionalidade” e “escolha”, então os atores individuais são de facto “engrenagens numa máquina”, que não têm agência. Eles podem ter um sentimento subjetivo de “agência” ou “escolha” mas essa é a única coisa que os separa, digamos, de um calculadora de bolso. Uma vez que as informações e restrições são colocadas o resultado é certo.

É claro que, na verdade, a única coisa que separa um ator humano de uma calculadora de

bolso é uma experiência ou sentimento subjetivo e ilusório de agência. Certamente, existem muitos neurocientistas que adotam essa visão (por exemplo, Damasio, 1994). Eu não acho seus argumentos persuasivos, mas este não é o lugar para se discutir isso. O único comentário que desejo fazer neste contexto é que o realismo crítico fornece espaço para uma compreensão mais robusta da agência, que permite razões sobre razões (racionalidade reflexiva) e diálogo sobre razões (racionalidade comunicativa). De fato, um dos impulsos centrais do realismo crítico nos últimos anos foi elaborar tal entendimento. Aqui, o trabalho de Margaret Archer sobre o *self* é particularmente relevante (Archer 2000, 2003). Isso não significa que o realismo crítico se alinha com as críticas hermenêuticas ou existencialistas da ciência social, que negam a possibilidade de explicação causal e transformam agentes em artistas de suas próprias vidas. Então, como podemos reconciliar a existência de agência com o funcionamento de mecanismos? Primeiro, reconhecendo que a capacidade de racionalidade reflexiva, embora inerente ao é aquele que é suscetível a aprendizagem e treinamento, e, portanto, tende a ser distribuído de forma desigual no espaço social e no tempo histórico (Bourdieu, 2000). Em segundo lugar, observando que a possibilidade de racionalidade comunicativa, embora inerente à linguagem humana, também é fortemente influenciada pelo contexto social, por coisas como liberdade de expressão e acesso à informação. Terceiro, vendo que as escolhas racionais, no seu sentido mais robusto, estão sujeitas a restrições externas impostas, por crenças ou informações, mas por recursos e regulamentos. A partir desta perspectiva, a questão de se os atores individuais são “engrenagens em uma máquina” ou “correias de transmissão para fixos sociais” não é uma solução que possa ser estabelecida *a priori*; é um assunto de investigação. Nessa perspectiva, os atores são simplesmente partes de mecanismos causais se, e na medida em que a) agem sem se engajar em reflexão ou comunicação racional (por exemplo, por hábito ou por interesse próprio); b) estão altamente constrangidos ou

incapazes de agir de acordo com suas escolhas.

*Parcimônia vs. abrangência.* Se aceitarmos as proposições de que a realidade é estratificada e de que a realidade social é dependente do tempo e do espaço, então o social necessariamente enfrenta uma troca inevitável entre a parcimônia teórica e o escopo explicativo. Ou seja, quanto menos entidades e níveis houver em determinada teoria, mais estreita será a gama de mudanças e eventos que ela poderá explicar. A história da economia fornece uma ilustração maravilhosa desse dilema – até onde uma ontologia parcimoniosa pode empurrar. E a modelagem formal na ciência política mostra como o quão esticada e plana a ontologia acaba por se tornar. O que fazer? Não creio que exista uma resposta única e clara a esta questão. Minha preferência seria por uma *via média* entre economia e sociologia: de um lado, ontologias claras e explícitas, como as que encontramos na economia; por outro lado, maior pluralismo teórico, como encontrado na sociologia.

*Teste e adjudicação.* O que vem depois do falsificacionismo? Isso é uma questão fundamental, talvez a questão-chave, que confronta uma abordagem mecanicista. A distinção bem difundida de Kuhn (1962) entre “mudanças de paradigma” e “ciência normal” poderia fornecer um possível ponto de partida para pensar sobre isso. De uma perspectiva realista crítica, as mudanças de paradigma poderiam ser entendidas como mudanças ontológicas envolvendo a teorização de novas entidades e / ou o abandono de representações prévias da realidade social. A teoria de “classe” de Marx é um exemplo particularmente influente; a noção de “habitus” de Bourdieu é mais contemporânea. A ciência normal, em contraste, trata de inventariar os mecanismos que podem contribuir para um determinado conjunto de mudanças ou eventos e identificar que mecanismos particulares produziram uma mudança particular. A história do marxismo está repleta de trabalhos desse tipo. Esta é uma visão menos heróica, menos individualista, na qual a maior parte das vezes se refere à retomada de uma representação existente do que sobre a

criação de outros inteiramente novos.

### Referências Bibliográficas:

ABBOTT, A. 1998 “The causal devolution” in *Sociological Methods and Research*, 148-181.

AHLSTROM, S. E. 1955. “The Scottish philosophy and American theology” in *History*, 24(3): 257-272.

ARCHER, M. S. 1988. *Culture and Agency: The Place of Culture in Social Theory*, New York: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. 1995. *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*, Cambridge/ New York: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. 1998. *Critical Realism. ESsential Readings*, London/New York: Routledge.

\_\_\_\_\_. 2000. *Being Human: The Problem of Agency*, Cambridge, UK/New York: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. 2003. *Structure, Agency and the internal Conversation*, Cambridge, UK/ New York: Cambridge University Press.

BECKER, G. S. 1976. *The economic Approach to Human Behavior*, Chicago: University Chicago Press.

BENDIX, R. 1978. *Kings or people: Power and Mandate to rule*, Bekerley: University California Press.

BHASKAR, R. 1979. *The Possibility of Naturalism. A Philosophical Critique of the ... Human Sciences*, Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press.

BLACK, D.J. and M. Mileski. 1973. *The Social Organization of Law*, New York: Press.

BOURDIEU, P. 2000. *Pasmlian Meditations*, Cambridge, UK: Polity.

- CARNIC, C., P. S. Gorski. 2005. *Max Weber's Economy and Society: A Critical ...* Stanford, CA: Stanford University Press.
- CASSIRER, E. 1973. *The Philosophy of symbolic forms*, New Haven: Yale University.
- COLLIER, A. 1989. *Scientific Realism and Socialist Thought*, Boulder, CO: Lynne, Publishers.
- COLLIER, A., M. S. Archer et al. 2004. *Defending Objectivity: Essays in honor of collier*. London; New York: Routledge.
- DAMASIO, A. R. 1994. *Descartes' Error: Emotion, Reason, and the Human Brain*. Ney. G. P. Putnam.
- ELSTER, J. 1983. *Explaining Technical Change: A Case Study in the philosophy of Science*. bridge/ New York: Oslo: Cambridge University Press: Universitetsforlaget.
- \_\_\_\_\_. 1989. *Nuts and Bolts for the Social Sciences*, Cambridge/ New York: Cambridge University Press.
- EMIRBAYER, M. 1997. "Manifesto for a relational sociology" In *American Journal...*, 103 (2): 281-317.
- EVANS, P.B., D. Rueschemeyer et al. 1985. *Bringing the State Back in*, Cambridge: New York: Cambridge University Press.
- FRIEDMAN, M. *Essays in Positive Economics*, Chicago, IL: University of Chicago Press.
- GOLDSTEIN, J. 2005. *The Post-revolutionary Self: Politics and Psyche in France, 1750-1850*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- GOLDTHORPE, J. H. 1991. "The uses of history in sociology: Reflections on some recent tendencies" in *The British journal of Sociology*, 42(2): 211-230.
- \_\_\_\_\_. 1997. "Current issues in comparative macrosociology: A debate on methodological issues" in *Comparative Social Research*, 16: 1-26.
- GORSKI, P. 2004 "The poverty of deductivism: A constructive realist model of sociological explanation" in *Sociological Methodology*, 34 (1):1-33.
- \_\_\_\_\_. 2006. "Ideological power and the rise of the west: Reappraisal and reconstruction" in J. R. Hall and R. Schroeder, *An Anatomy of Power: The Social Theory of Michael Mann*, New York/Cambridge: Cambridge University Press: 101-133.
- GOTHAM, K. F. and W. G. Staples. 1996 "Narrative analysis and the new historical sociology" *Sociological Quarterly*, 37(3): 481-501.
- HARRÉ, R. 1970. *The Principles of Scientific Thinking*, Chicago: University of Chicago Press.7
- HARRÉ, R. and E. H. Madden. 1975. *Causal Powers: A Theory of Natural Necessity*, Totowa, Rowman and littlefield.
- HEDSTRÖM, P. 2005. *Dissecting the Social: On the Principles of Analytical Sociology*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HOBBS, T. and C. B Macpherson. 1968. *Leviathan*, Harmondsworth: Penguin.
- KING, G., R. O. Keohane et al. 1994. *Designing Social Inquiry. Scientific inference in Qualitative Research*, Princeton, NJ: Princeton University Press. Kiser, E. 1999.
- KISER, E. 1999. "Comparing varieties of agency theory in economics, political science, and sociology: An illustration from state policy implementation" in *Sociological Theory*, 17(2): 146-170.
- KISER, E. and M. Hechter. 1991. "The role

- of general-theory in comparative-historical sociology” in *American Journal of Sociology*, 97(1): 1’-30.
- KUHN, T. S. 1962. *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago: University of Chicago Press.
- LIEBERSON, S. 1991. “Small N’s and big conclusions: An examination of the reasoning in comparative studies based on a small number of cases” in *Social Forces*, 70(2): 307-320.
- LIJPHART, A. 1975. “Comparable-cases strategy in comparative research” in *Comparative Political Studies*, 8(2): 158-177.
- LUHMANN, N. 1995. *Social Systems*, Stanford, CA: Stanford University Press
- .  
 LUHMANN, N. and D. Baecker. 2002. *Einführung in die Systemtheorie*, Heidelberg: Carl- Auer-Systeme- Verlag.
- MACKIE, J. L. 1974. *The Cement of the Universe: A Study of Causation*, Oxford: Clarendon Press.
- MAHONEY, J. 2001. “Beyond correlational analysis recent innovations in theory and method” in *Sociological Forum*, 16(3): 575.
- \_\_\_\_\_. 2004 “Revisiting general theory in historical sociology” in *Social Forces*, 83(2): 459-489.
- MANN, M. 1986. *The Sources of Social Power*, Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- MCADAM, D. 1988. *Freedom Summer*, New York: Oxford University Press.
- MCADAM, D., S. G. Tarrow et al. 2001. *Dynamics of Contention*, New York: Cambridge University Press.
- MCLEAN, P.D. and J. F. Padgett. 1997. “Was Florence a perfectly competitive market? Transactional evidence from the Renaissance” in *Theory & Society*, 26 ( 2/3):209-244.
- MILLER, R. W. *Fact and Method: Explanation, Confirmation and Reality in the Natural and the Social Sciences*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- PADGETT, J. E and C. K. Ansell. 1993. “Robust actions and the rise of the Medici, 1400-1434” in *American journal of Sociology*, 98(6): 1259.
- PARSONS, T. 1937. *The Structure of Sodal Action: A Study in Social Theory with Special Reference to a Group of Recent European Writers*, New York: McGraw-Hill Book Company, inc.
- POLANYI, K. 2001. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*, Boston, MA: Beacon Press.
- POLANYI, K. and G. Dalton 1968. *Primitive, Archaic, and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*, Garden City, NY Anchor Books.
- RUEF; M. 2005. “The problem of ontology in sociological analysis” in Annual Meeting of the *American Sociological Association*, Philadelphia, PA.
- SALMON, W. C. 1984. *Scientific Explanation and the Causal Structure of the world*, NJ: Princeton, Princeton University Press.
- SALMON, W. C., P. Dowe et al. 2005. *Reality and Rationality*, Oxford: New York: Oxford University Press.
- SAVOLANIEN, J. 1994. “The rationality of drawing big conclusions based on small samples-in defense of mill methods” in *Social Forces*, 72(4): 1217-1224.
- SAWYER, R. K. 2005. *Social Emergence: Societies as Complex Systems*, New York: Cambridge University Press.

- SEARLE, J. R. 2001. *Rationality in Action*, Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. 2007. *Freedom and Neurobiology: Reflections on Free Will, Language, and Political Power*, New York: Columbia University Press.
- SHAPIRO, I. 2005. *The Flight From Reality in the Human Sciences*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- SICA, A. 2004. "Why 'unobservables' cannot save general theory: A reply to Mahoney" in *Social Forces*, 83(2): 491~501.
- SKOCPOL, T. 1979. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*, Cambridge/New York: Cambridge University Press
- \_\_\_\_\_. 1984. *Vision and Method in Historical Sociology*, Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- SKOCPOL, T. and M. Somers 1980. "The uses of comparative history in macrosocial inquiry" in *Comparative Studies in Society and History*, 22(2): 174-197.
- SOMERS, M. R. 1992. "Narrativity, narrative identity and social action: Rethinking English working-class Formation" in *Social Science History*, 16(4): 591•-630.
- \_\_\_\_\_. 1998. "We're no angel': Realism, rational choice and rationality in social science" in *American Journal of Sociology*, 104(3): 722-784.
- STEINMETZ, G. 2004. "Odious comparisons: Incommensurability, the case study, and 'small N's' in sociology" in *Sociological Theory*, 22(3):371-400.
- \_\_\_\_\_. 2005. *The Politics of Method in the Human Sciences: Positivism and Its Epistemological* Others, Durham, Duke University Press.
- STRYKER, R. 1996. "Beyond history versus theory~Strategic narrative and sociological explanation" in *Sociological Afet/wd)' & Research*, 24(3): 304-352. *The Oxford English Dictionary Online*. 2000. Oxford, Oxford University Press.
- TILLY, C. 1995. "To explain political processes" in *American Journal of Sociology*, 100(6): 1594-1610.
- \_\_\_\_\_. 2001. "Mechanisms in political processes" in *Annual Review of Political Science*, 4 (I): 21.
- WEBER, M. 1891. *Die Römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats-und Privatrecht*, Stuttgart: F. Enke.
- WHITE, H. C. 1992. *Identity and Control: A Structural Theory of Social Action*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- WHORF, B. L. 1984. *Language, Thought, and Reality: Selected Writings*, Cambridge, MA: MIT Press.